

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Carlo
Carotenuto



Gilson
Padeiro



Grazi
Oliveira



Juliana de
Souza



Rafael Fleck



007ª CECE 25MAR2025

Pauta: Blocos de Rua – Organização do Carnaval de Rua de 2025.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (14h11min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Estão conosco, na Mesa, o Ver. Gilson Padeiro, a Ver.^a Grazi Oliveira, o Ver. Jonas Reis e o Ver. Carlo Carotenuto. Então, como o nosso tema hoje são os blocos de rua – organização do Carnaval de Rua de 2025; os proponentes são a Ver.^a Grazi Oliveira e o Ver. Jonas Reis. Estão conosco, já na Mesa, Sr. Fábio Bandeira Machado, secretário adjunto de Cultura; gostaria de convidar para a Mesa também o Sr. Clóvis André, assessor da secretária Liliana; está também, já na Mesa, Sr. Paulo Renato Maciel dos Santos, coordenador do Fumproarte; o Sr. Filipe Tisbierék, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos; está presente também a Sra. Rafaela Brum, responsável pelo escritório de eventos; a Sra. Rozane Dalsasso, presidente do Conselho Municipal de Cultura. Convido para fazer parte da Mesa os representantes dos blocos: União dos Blocos de Carnaval de Porto Alegre, o Bochecha; o Sr. Roberto Mazzocco, da União Independente dos Blocos da Restinga – o

Bochecha, não preciso dizer o nome dele, todo mundo sabe, é o Claudemir Martins Carvalho; o Sr. Ian Cunha Angeli, que também faz parte da comissão de organização.

Eu vou ofertar a palavra para os proponentes Ver.^a Grazi e Ver. Jonas Reis, por cinco minutos, como nós temos bastante inscritos hoje, e a Mesa está com bastante convidados, nós vamos, então, dar cinco minutos para cada proponente, para situar o governo. Após, eu vou passar, então, para a manifestação do governo, para as suas considerações. E, aí, eu abro, então, para os convidados. E, após, nós vamos abrir, então, a inscrição para os presentes aqui na comissão.

A nossa próxima pauta, no dia 1º de abril, aqui na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, nós vamos tratar o incentivo e competições do paradesporto em Porto Alegre. Proponente da matéria é o Ver. Carlo Carotenuto. Podemos iniciar pelo Ver. Jonas Reis. O senhor tem cinco minutos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, presidente, no seu nome, cumprimento os demais colegas vereadores e vereadoras desta comissão. Bom, nós trouxemos esse tema até a Câmara de Vereadores porque, há muitos anos, o carnaval é uma festa popular reconhecida no Brasil inteiro, para o Brasil. Para o Brasil, não só por ser um feriado nacional reconhecido, mas por ser parte da raiz da nossa construção histórica como Nação. Pois bem, diante desse fato, nós temos visto a falta de apoio do poder público em algumas regiões. Esta semana que passou, por exemplo, a gente viu, mais uma vez, a cidade de Uruguaiana parar para o carnaval. E Porto Alegre não para o carnaval. Este é um problema para uma capital. Nós queremos aqui traçar um futuro. Eu sou da seguinte opinião: águas passadas não movem moinho. Então, o que aconteceu até aqui nos interessa para ilustrar o que a gente não quer que aconteça mais, mas que a gente tem que ter um plano, como Câmara de Vereadores, para ilustrar essa cidade e colocá-la num outro patamar no que tange às festas populares. A gente não pode se furtar a produzir isso. Nós temos dezenas de blocos de carnaval que fazem vários arrastões, digamos assim, importantes, de festividade, de

alegria e de fomento à economia. A economia criativa precisa começar a ser considerada em Porto Alegre. Nós sabemos que a cada R\$ 1,00 investido na cultura gera R\$ 1,50 de renda de produção, quer dizer, gera riqueza, então, ele produz mais. E nós temos aí uma necessidade de a cidade ter um plano para o ano que vem.

Eu sou um vereador que, durante quatro anos, eu coloquei uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, durante os quatro anos anteriores do governo Melo, elas foram rejeitadas no plenário pela base dos vereadores. Felizmente, os vereadores mudaram. Estamos aqui com o Carlo, com o Rafael. Queremos contar com o voto de vocês esse ano, porque nós vamos colocar novamente essa emenda, porque nós queremos um recurso rubricado especificamente para o carnaval e para a luta histórica dos blocos de carnaval. Nós queremos um carnaval descentralizado.

Então, parabenizo aqui os lutadores da Restinga por estarem sempre na dianteira desse processo. Mas a gente precisa, Clóvis, nosso amigo Clóvis, que já foi secretário, que é uma pessoa que conhece a cultura, que é um militante histórico também do carnaval, nós precisamos sensibilizar os atores políticos. Eu sei que você tenta, mas a gente precisa agora, aqui na Câmara, ter um comprometimento desde agora, de março, para um orçamento real. Vejam só, quantos empregos nós vamos gerar na rede hoteleira, em Porto Alegre, se a gente tiver de fato um calendário dos blocos descentralizado, gente. Não pode ser só na orla. Historicamente, a Ilhota foi um território de carnaval, e hoje a gente não tem um fomento na Cidade Baixa. A gente se rende a pessoas que não respeitam a cultura popular, que fazem um protocolo no Ministério Público, a gente vai lá e atende isso, sem considerar a história da cidade. Isso precisa ser revisto. O carnaval da Cidade Baixa tem que voltar com regramento, o governo estadual tem que garantir o policiamento, esse ano, o governo disse que garantiria. Mas aí, não sei, os que eram anticarnaval se mobilizaram rapidamente e tiveram mais força nesse processo. Não quero tratar de discutir isso, os casos de violência, de excesso que houve. Eu acho que o policiamento

é importante para garantir a segurança dos foliões, mas nós não estamos tratando com marginais, nós estamos tratando com fazedores de cultura.

Eu sou um frequentador dos blocos, do carnaval, das festas populares, e a minha preocupação aqui é que a gente fortaleça o Fumproarte, que a gente possa ter o fortalecimento dos blocos e que a gente tenha uma discussão coletiva. Eu acho que, ao longo dos anos, tem tido beneficiamentos a determinados blocos, e não ao coletivo de blocos. Isso não é bom para o futuro. Hoje é um governo que está ali. E, depois, se for outro, vai ter revanchismo? Aí vai apoiar outros blocos? Acho que não dá para pintar o carnaval de forma partidária.

Para concluir, presidente, acho que nós temos que entender o fenômeno cultural e apoiar. E não adianta dizer que os vereadores têm que colocar recurso, colocar emendas. Não existe isso. As emendas dos vereadores são pífiás, e metade das emendas dos vereadores é obrigatório mandar para a saúde. Então, não adianta achar que vereador vai resolver o carnaval, porque não vai. Nós precisamos de orçamento lá na Lei de Diretrizes Orçamentárias da Prefeitura. E aqui quero dizer, contem com este vereador, vocês, da Secretaria de Cultura, para apoiar e lutar para mais orçamento na Secretaria de Cultura. Eu falei isso durante quatro anos aqui, volto a repetir, para mim, o mínimo, é 1% para a cultura, independente do partido do governo. Hoje está lá o Melo, eu sou oposição, sou líder da oposição atual, mas a gente tem consciência de que precisa inverter algumas prioridades.

Então, eu sou solidário aos servidores da cultura, aos trabalhadores, inclusive aos cargos comissionados, que têm tentado fazer, mas parece que o centro do governo não se sensibiliza, e a gente precisa mudar isso.

E, do ponto de vista da economia, a gente tem que entender que carnaval gera renda. Acho que por aí é uma forma já de dialogar mais, não é só festa, é renda, é emprego. Outras cidades, como Salvador, Belo Horizonte, tem um circuito, gente, Belo Horizonte, que não tem nem litoral, não tem praia, não tem nada, e leva milhões e milhões de pessoas para Belo Horizonte. Nós temos toda a orla do Guaíba, nós temos a praia do Lami, nós temos Itapuã aqui, nós podemos criar um circuito que as pessoas venham para Porto Alegre para ficarem três, quatro

dias de carnaval, blocos *etc.* e tal, mas também acaba conhecendo a nossa região, conhecendo Barra do Ribeiro, Guaíba, acho que tem que ter uma discussão nesse nível. Eu queria, nesse dia, que a gente pudesse começar a fazer essa discussão e traçar um plano coletivo da Câmara de Vereadores, os vereadores todos que quiserem se somar, para a gente catapultar Porto Alegre como uma cidade de carnaval, de festa popular. Nós temos que disputar com as demais, nós não podemos ficar para trás, já tivemos muita coisa boa, que já foi muito mais forte, e eu acho que cabe a nós, as pessoas públicas deste momento, a presidente do Conselho de Cultura, Rozane Dalsasso, fazer esse início, essa começada, botar a bola no campo e começar um novo momento, porque a violência, o cerceamento, isso tudo tem que ficar no passado, não dá mais. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Jonas. Saudar aqui a nossa vice-presidente, a Ver.^a Juliana de Souza.

De imediato, então, passo a palavra para a nossa proponente, a Ver.^a Grazi.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa-tarde. Quero saudar a todos e a todas que se dispuseram para estar aqui conosco hoje, debatendo sobre uma pauta que nos custa muito, que me custa muito. Saudar os nossos convidados representantes dos blocos, meus colegas vereadores, o Executivo, através da Secretaria de Cultura. Um abraço ao Lídio, companheiro Lídio, lá da Cruzeiro, que faz uma luta muito grande lá na comunidade. Estamos juntos.

Eu queria trazer alguns pontos para refletirmos juntos. Acho que o que o Ver. Jonas aborda de início é fundamental para começarmos essa reflexão sobre a importância do carnaval, que é parte da nossa cultura popular e que se tornou uma cultura genuinamente negra há uns séculos, e hoje traz um trabalho de agregação e não de desagregação da nossa sociedade como um todo. Eu falo dela, de fato, diversificada, como um todo. Quando falamos de carnaval, sempre me vem à mente o que nos leva, ou melhor, o que leva a gestão, quem está fazendo o papel de cumprir com as políticas públicas a organizar e como

organiza e de que forma organiza, quando estamos falando de carnaval. Por que estou fazendo esse questionamento? Porque sabemos que existem tradições no nosso País, e uma das nossas tradições aqui no Rio Grande do Sul é o 20 de setembro. Fico imaginando se não tivéssemos os nossos festejos, se a cultura não tivesse colocado toda a sua energia para garantir que o 20 de setembro estivesse acontecendo como esperamos todos os anos. Eu, como gaúcha tradicionalista, que adoro estar vivendo a Semana Farroupilha, gostaria de poder chegar e estar o acampamento lá pronto, as atividades na cidade colocadas. E o mesmo raciocínio eu faço e, na mesma lógica, eu faço com o meu carnaval. Porque, da mesma forma que é tradicional para mim viver o 20 de setembro, também é tradicional para mim viver o carnaval. Então eu começo a nossa reflexão aqui colocando em pauta quais são as dificuldades e desafios que a gente ainda enfrenta para fazer com que o Executivo... E aí eu vou assinar embaixo, quando o Jonas fala que nós não estamos falando aqui de partido. Eu estou há 20 anos falando a mesma coisa. Entrou partido, saiu partido; entrou governo, saiu governo; entrou prefeito, saiu prefeito, e, há 20 anos, eu falo a mesma coisa. A gente está falando sobre a mesma coisa, sobre a não valorização do carnaval. Por quê? Então essa é a primeira questão que eu queria trazer. Eu reitero aqui, eu conheço já o Clovis há muito tempo, e sei da luta do Clovis para o nosso carnaval. Sei muito bem dos esforços, mas eu também sei, eu já estive no Executivo, que, às vezes, nem sempre os nossos esforços dialogam com aquilo que o todo está pensando. Então nós temos que pensar enquanto sociedade mesmo, como coletivo. Por que nós temos tanta dificuldade de colocar o carnaval na rua? E, quando se coloca o carnaval na rua, sempre vem com justificativas de penduricalho. “Ah, porque não deu edital, porque a gente não pode apregoar, porque a gente não pode fazer isso.” Mas outras tantas coisas sempre saem. Outras tantas coisas acontecem. Então eu estou aqui também questionando o planejamento. De que forma nós estamos planejando o fomento da cultura na nossa cidade? Então esse é o segundo ponto. O primeiro ponto é: Qual é a dificuldade de entendermos a importância que é o carnaval para a nossa população, assim como é o 20 de setembro? Eu

gostaria muito que a gente pensasse nisso. Eu tenho que trazer essa reflexão, porque essa é uma reflexão que eu carrego comigo, como mulher, como professora, como educadora antirracista. Por que nós valorizamos tantas algumas coisas e não valorizamos tantas outras? O terceiro ponto é falar sobre a economia. Do quanto o carnaval, além de ser uma cultura popular, além de ser importante para a nossa população, o quanto ele gera de renda para o nosso povo? Vamos pegar um exemplo desse final de semana. Quem esteve em Porto Alegre e viveu em Porto Alegre esse final de semana, gente, eu não sei vocês, mas, no sábado, eu tinha uns dez lugares para escolher onde é que eu ia viver a Porto Alegre. Era Olímpico, Arena, *skate*, Samba da Conversa, sei lá, a filha do Badanha. Tivemos festas e atividades por todos os cantos da cidade. O mesmo se repetiu no domingo. O que gerou – não vou nem falar da economia direta – indiretamente? O Uber, que carregou pessoas para baixo e para cima, o tio do churrasquinho, o cambistinha da cerveja, o tiozinho que vende cachorro-quente. O que gerou de renda para essas pessoas? Hoje, se fizermos um levantamento, temos uma boa parte da sociedade vivendo de forma informal, trabalho informal e tendo que depender do trabalho informal. O que deixamos de arrecadar nos cinco dias de carnaval em Porto Alegre? O que Porto Alegre deixou de ganhar? Se tivéssemos tido carnaval no carnaval. Porque eu quero o meu carnaval no carnaval. Esse é o debate. Se o carnaval vai acontecer, porque é o aniversário da cidade, se o carnaval vai acontecer... “Não fiquem tristes, vai acontecer no final de semana que vem.” *Ok*, vai acontecer, mas queremos o carnaval no nosso carnaval. E essa é a nossa reivindicação: que o carnaval aconteça no nosso carnaval.

E, por fim, que eu sei que o meu tempo está acabando, eu queria trazer alguns dados para podermos ouvir também o Executivo sobre isso. As escolas de samba tiveram um avanço muito grande na política do governo Melo. O governo Melo conseguiu antecipar o pagamento para que as escolas pudessem já começar a fazer o fomento. E isso já aconteceu desde 2024. Me corrija depois, Clovis, se eu estiver errada. Mas foi isso, foi um avanço. Por que nós não usamos a mesma lógica para o carnaval de rua? Por que esse recurso também não

chegou para o carnaval de rua? Nós fechamos o caixa da Prefeitura de recursos livres em 2024, em dezembro de 2024, com R\$ 567 milhões. Em dezembro, no mês de dezembro, nós fechamos com R\$ 842 milhões. Então, não foi por falta de dinheiro. Dinheiro a Prefeitura tinha. Nós tínhamos dinheiro. O último ponto mesmo, e eu me lembrei aqui porque eu anotei, sobre o fato que aconteceu do CarnaLopo, que acabou não acontecendo de uma forma como nós gostaríamos, em que o Ministério Público incidiu, porque houve queixa da comunidade, porque, na Cidade Baixa, nós vivemos um período em que, de fato, nós precisamos fazer uma reflexão, especulação imobiliária, não me tirem... Essa opinião vou carregar até que me provem o contrário. Enquanto eu ver Melnick em toda a Cidade Baixa, ninguém vai fazer eu pensar diferente. Mas a especulação imobiliária está trabalhando a favor. E esse movimento da comunidade, da associação de moradores da Cidade Baixa, eu também gostaria que, inclusive, pudéssemos, num futuro, conversar com essa representante. Qual é o problema do carnaval na Cidade Baixa? Qual é o problema quando a sociedade civil se organiza para garantir que o carnaval exista? E nem quando a sociedade civil se organiza, ela consegue fazer o carnaval, que foi o que aconteceu com o CarnaLopo. O CarnaLopo não pediu dinheiro, não pediu recurso para o governo, a não ser segurança. Nós queremos usar a rua. Foi só isso que a comunidade pediu. O Ministério Público incidiu sobre a reivindicação dos moradores. E sentar para conversar? Porque o CarnaLopo não foi nem chamado para conversar com o Ministério Público; só para que vocês saibam. Temos muita coisa para ouvir aqui, tanto do governo quanto dos próprios blocos. Mas fica o nosso questionamento. Por que é tão difícil a gente ter o carnaval no carnaval? Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. Eu garanti o tempo de sete minutos para o Ver. Jonas, e a Ver.^a Grazi falou oito, depois eu vou devolver um minuto para o Ver. Jonas. Mas, então, eu vou garantir para o governo, para a Secretaria de Cultura que tenha sete minutos; assim como

depois a Secretaria de Desenvolvimento Econômico também tenha mais sete minutos. Então, secretário Fábio, por favor.

SR. FÁBIO BANDEIRA MACHADO: Muito boa tarde. Agradeço, não chamo de convocação, mas o convite para tratar de pautas abertas. Acho que a cidade necessariamente vive uma série de protocolos e funcionamentos e calendários, e a Semana de Porto Alegre está intensa há alguns dias. Ela não só começou na sexta passada, mas ela se estende até domingo próximo. Então, a gente tem uma série de calendários, e, dentre eles, 29 e 30, os blocos organizados vão desfilar e vão cumprir um calendário específico. E isso a gente vem para apresentar não somente o que está sendo feito, mas o que foi feito no passado, e as modelagens que foram usadas, e o funcionamento, e como a gente conversou, urbanizou as informações com cada um. Eu vejo que cada apontamento que a gente recebe aqui serve também de uma técnica a ser aplicada nova, primeiramente. Acho que tem que ser claro assim. Segundo, que a própria secretaria vem atualizando o seu pensamento quanto ao funcionamento de uma série de calendários, de uma série de atividades, principalmente de funcionamento cultural. Principalmente ao repasse de recursos, principalmente a quem, se é habilitado, como prestar conta, porque a gente tem não somente o empenho do valor, mas o pagamento, e depois a prestação de contas, e depois a tomada de contas, e depois um fechamento de contas que vem para cá, ao final do ano, para ser aprovado diuturnamente. Seja aprovado no final do ano para que a gente tenha as contas aprovadas; eu e Liliana assinando juntos sempre a documentação, isso é uma responsabilidade. A matemática disso, ela empenha tempo e a execução disso. A gente reconhece que muitas vezes não é o calendário necessário, mas, dentro do nosso escopo de trabalho, ele é possível e necessário. Outro dia, eu conversava com o Paulo e com o próprio Clovis e discutia o carnaval de 26 já, que encerrou agora no último final de semana. Eu estou lesionado, acabei caindo nas escadas e machuquei o pé, não consegui participar do carnaval fisicamente, mas acompanhei uma série de pautas. Então, trago hoje o nosso coordenador do

Fumproarte, que está vivenciando tantos editais ao funcionamento, à habilitação, a quem foi credenciado, como foi, o Clóvis, que tem uma vivência profunda nessa cultura e é um bom parceiro, é um grande oráculo para mim, especificamente, que estou vivenciando a Secretaria há pouco mais de 30 dias, e também os outros colegas de governo que vão contribuir nisso. Eu vejo que os debates, sejam eles aonde ocorre o carnaval, seja como a gente empreende a nossa estrutura de Prefeitura, com Guarda Municipal, interface com a Brigada Militar, com a área da saúde, com ambulância, ou com som, ou com funcionamento de trio, cada item desses tem uma vinculação e não é tão simples. E vejo que a secretária Liliana, outro dia também, esteve uma comissão na Assembleia tratando sobre essa pauta de blocos. Outro dia ela recebeu todos os blocos, fez uma grande reunião, que não foi pequena, foi bem extensa também, conversando com cada um e anotando todas as demandas de melhoramento e modernização disso. Além disso, a gente recebe também aqueles que buscam apresentar os seus projetos dentro do carnaval, ou outros também que nos tomam bastante vivência disso, e para a entrega. Então, vou passar para o colega Paulo, para que a gente possa fazer esse memorial, que a gente ontem também debatia para o fechamento, para trazer dados apurados e também o próprio cronograma, o volume de recursos, as entidades habilitadas, o acompanhamento dos servidores, o passado e o presente, e também como a Prefeitura tem vivenciado isso. Eu digo assim, não somos perfeitos, a gente busca uma qualidade de atendimento e também participar, porque não somos só executores, não somos, somos receptivos ao evento, mas que a gente possa ter uma boa convivência disso. Sabemos que existem ruídos muitas vezes, então a gente vem aqui para esclarecer os pontos. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Secretário, só antes de o Paulo iniciar a sua fala, eu gostaria de convidar o vereador Giovani Culau a fazer parte da Mesa, citar a presença também, por óbvio, mas seria muito importante a presença do vereador aqui na Mesa. E Paulo, antes da tua fala, por favor, se identifique e o cargo que ocupa para inserção na nossa ata. Obrigado.

SR. PAULO RENATO MACIEL DOS SANTOS: Boa tarde a todos e todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa Diretora, na presença então do Ver. Gilson Padeiro, da Ver.^a Grazi, do Ver. Fleck, da Ver.^a Juliana, do Ver. Jonas Reis, Ver. Carlo, conselheira do Conselho Municipal de Cultura, a Rozane Dalsasso; o Bochecha, que faz parte das entidades dos blocos, Mazzocco, que também representa os blocos, o Ian, que também representa os blocos, o secretário adjunto, Clóvis, e o assessor aqui, Filipe. Desculpa, o secretário adjunto Filipe. E cumprimentar também todos os representantes dos blocos que fazem parte também aqui nesta Casa. Primeiramente, eu assumi então como coordenador do Fumproarte, no dia 20 de janeiro, agora de 2025. Já existia então um edital de blocos que foi, em dezembro de 2024, parar na PGM, onde tinha que ser feitos alguns apontamentos. Ele voltou então no dia 15 de janeiro para começar a dar seguimento ao edital. Dia 20 eu assumi. E então nós pegamos bem na época da LOA, da Lei Orçamentária, que era em janeiro. Quando eu assumi então, eu já tive que entender como funcionava então o edital de blocos, que ele estava sendo regulado pela [Lei nº 13.019](#), em que só quem pode contratar é a Prefeitura e entidades. Alguns representantes de blocos que me procuraram, foram me conhecer na casa, e me trouxeram uma problemática que já havia sido debatida, que era a questão de ter MEI, ter ME, com CNPJ, produtora. O que eu fiz? Eu entrei em contato via SEI, questionando junto à PGM, se existia possibilidade de ter essa previsão de sociedade empresária. A PGM me devolveu e disse que não havia essa possibilidade, até porque a lei não previa a sociedade empresária, somente a entidade e OSC. Tivemos então o edital com todos os prazos e validades em andamento. Ele se encerrou dia 20, agora de março. Dentro dessa estrutura de edital, nós tínhamos então seis OSCs que colocaram como proponente, que seriam guarda-chuva, que iriam receber o fomento de R\$ 500 mil. Os R\$ 250 mil ficaram destinados então para a estrutura, e R\$ 250 mil ficaram destinados para os cachês dos blocos. Dessas seis, só três ficaram habilitadas, e uma que ficou vencedora, que foi a LigaRS, que é o do Mestre Gavião. E depois o comitê do Fumproarte iria avaliar a documentação

dos blocos que ingressaram com a entidade. De 54 inscritos, 20 foram habilitados. E desses 20 habilitados, nós entramos em contato e fizemos toda a verificação da documentação, fizemos o chamamento para que eles fossem apresentados para a OSC vencedora e fosse dado seguimento então agora à apresentação dos blocos, que vai ser dia 29 e 30 de março. Posterior a isso, tivemos vários proponentes de blocos que, com certeza, ficaram mesmo chateados, porque a lei previa esse regramento, e o edital tem toda essa sistemática, não há o que fazer. Poderia, e que é o que está sendo discutido agora numa próxima reunião junto com a secretária e as entidades de blocos, que houvesse um outro formato, continuasse o edital de blocos, mas um formato onde também a Prefeitura destinasse estrutura para aqueles blocos independentes, como por exemplo do Mazzocco, que houve na Restinga. Tanto é que o Mazzocco conseguiu também, através da secretária, banheiros, segurança. Então houve isso, mas o correto seria para que todos fossem. Então faltou um pouco mais de conversa com os blocos, porque quando eu assumi, alguns blocos, alguns proponentes vieram me procurar. Não todos, eu não tinha mapeado todos. Então a gente, agora, quando tivemos uma reunião no teatro, agora, duas semanas atrás, foi feita essa reunião para identificar quem são os blocos, para que a gente pudesse mapear e pudesse construir junto. Porque essa é a ideia da secretária Liliana, construir com os blocos, de maneira alguma deixar de fora, como ocorreu. Não é essa a política da cultura. Só que, claro, houve isso através do edital, não há o que fazer, porque a lei tem essa previsão legal e, infelizmente, alguns blocos não foram contemplados. Então eu agradeço. Em princípio seria essa a minha fala sobre a questão do edital e vou passar então para o Clóvis André.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Teria um minuto dos sete do Paulo, mas eu vou te franquear sete também, né Clóvis?

SR. CLÓVIS ANDRÉ: Boa tarde a todos. Presidente-Vereador Rafael Fleck, Ver.^a Grazi, parceira de longa data e pela luta de uma cidade melhor, é raiz; Ver.

Gilson Padeiro, Ver. Juliana, Ver. Jonas Reis, grande batalhador e defensor; o nosso vereador e parceiro também, o Carlo, não vou me estender, Bochecha, Mazzocco, Ian, vereador outro carnavalesco. Não falta gente em defesa do carnaval nessa mesa aqui, secretário Fábio, acho que a gente tem um ponto em comum. E é bom ver que o Legislativo e o Executivo têm essa ambiência, esse comprometimento. E a primeira pauta que eu quero trazer, a primeira pauta que, na verdade, a gente precisa, é revisitar a redação da [Lei nº 6.619](#), Lei de Dilamar Machado, que torna o carnaval de Porto Alegre como uma atividade oficial da cidade, uma efeméride, e que, na época, dá conta apenas do Carnaval de Escola de Samba e de uma parceria com a Associação das Entidades Carnavalescas, a AECPARS, que era aqui na Av. Ipiranga, aqui na Ilhota, que não existe mais. Então, a gente precisa, o primeiro passo, antes de pensar em orçamento, é que os vereadores aqui, de forma conjunta, Presidente, possam fazer uma nova redação, quiçá pensando para Porto Alegre de 2050, e por aí vai, para que, mais do que garantir a oficialidade e dizer que o Poder Executivo tem que colocar uma estrutura em orçamento, pontuar o quanto de orçamento, em que tempo se faz isso, materializar. E aqui os vereadores trouxeram com muita propriedade, não é? A Lei nº 6.619, de junho de 1990, Lei Dilamar Machado. Então, a gente precisa aprofundar, porque, a fio e a cabo, Porto Alegre não tem um carnaval, Porto Alegre tem vários carnavais. Tem o Carnaval das Escolas de Samba, no Porto Seco, tem o Carnaval de Rua, que acontece não somente na Cidade Baixa, mas eu achei boa essa ideia dos circuitos. Os circuitos garantem uma organicidade e uma valorização também de cada território. Nós temos uma capital com 94 bairros, e ela tem que se enxergar nesses momentos de folia. Outra questão importante aqui é que a gente corrige os erros, tem erros, não dá para negar isso. Eu sempre digo que a primeira coisa para se pensar o futuro, a gente tem que reconhecer que a gente não conseguiu, de fato, ao longo de 37 anos da estrutura da Secretaria Municipal da Cultura – que já foi a Economia Criativa e voltou a ser a Secretaria Municipal da Cultura –, mas que também lida, Ver.^a Grazi, com a economia criativa, porque, quando se faz evento, a gente está aqui ao lado do secretário Tisbierék, do Desenvolvimento Econômico, Turismo e

Eventos, e da Rafaela Brum, que é a diretora de Turismo, que também nos acompanha, mas quem tem essa prerrogativa na cidade de entregar eventos é a sociedade civil, através da parceria com a Secretaria da Cultura. Também isso tem que ficar bem posto na mesa, porque o governo, o Estado *lato sensu*, ele não tem que entregar, ele tem que respeitar e parcerizar a relação com os artistas, com os fazedores de cultura, com os agitadores de cultura, porque há um conflito de interesse também, não tem que aparecer o poder público. Ele não tem que patrocinar, ele tem que fomentar e reconhecer o valor de cada uma das culturas. Nós somos uma cidade que amanhã faz 253 anos, e ela é composta por inúmeras camadas identitárias, do açoriano ao africano. Então, tem essas coisas. Eu tenho em mim que não é uma coisa do negro ou do branco, o carnaval é uma alegria geral, é uma manifestação popular, e tudo que é erudito, é clássico, um dia foi popular e se tornou notável pela importância econômica, como a Ver.^a Grazi trouxe aqui também. Esse é o compromisso da secretária Liliana, e é por isso que a gente continua lá, para poder fazer algo diferente. Se era para manter o estado das coisas, a gente não precisava continuar, ia fazer outra coisa da vida, mas a cultura pulsa em Porto Alegre. Eu me atrevo a dizer que, nesse último final de semana, sábado e domingo, nós fomos a capital nacional, porque vocês vejam bem: ter, na Arena, 38 mil, claro, que é um clássico, Bethânia e Caetano, estão acima da média, é alta cultura literalmente falando. Mas ter *shows* no próprio Beira-Rio, no Araújo, eu estive lá na Paula Toller, lotado também, Opinião, enfim, Elis Regina, tributo, então, não faltou nada. Agora a gente entende que falta mais essa relação, e eu acredito, para encerrar, que a gente precisa jogar luz e ter uma redação oficial de uma política pública continuada para os carnavais de Porto Alegre. Especialmente aqui, Ver. Jonas, para essa política de bloco, ela tem que começar, o carnaval oficial do Brasil é no início, presidente Rozane, é no início de fevereiro, então, a nossa agenda já está atrasada. Nós não podemos, Ver.^a Júlia, depender da liberação do próximo orçamento, porque começa em 15 de janeiro, a gente tem que colocar na vida agora, para poder ter essa divulgação que teve em Belo Horizonte, que tem nos grandes centros, como em Salvador, que eu já

acompanhei, Rio de Janeiro, São Paulo. A gente tem que ter esse planejamento de poder, secretário Fábio, estar divulgando o quanto antes, não dá para esperar o tempo. Não sei, tudo depende de recursos, mas a gente vai ter que ser estrategista para poder dar conta disso e divulgar. A gente continua à disposição, Porto Alegre também precisa olhar com mais pontualidade para o modelo de blocos, os blocos tradicionais, comerciais, independentes, comunitários. Em particular, a gente defende que, na democracia, tem que ter uma organização, tem que ter o papel, tem que ter a ata, tem que ter o registro, tem que ter a entrega, os projetos sociais, não dá para a gente ter blocos de véspera, criados na perna, só os amigos do Clovis, para disputar com aqueles que têm uma história, que têm uma trajetória, acaba virando um desrespeito. Quem fizer, também tem o escritório de eventos, que é o licenciamento, tem que cumprir todas as prerrogativas. Nós temos a lei que foi aprovada nesta Câmara, começou a vigorar também, sobre a obrigatoriedade das ambulâncias, então tudo agrega valor nesse *staff* de estrutura. Então é isso, estamos aí para construir um novo tempo, e eu acredito que é possível pelo bom senso e pelo comprometimento desta comissão. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Clóvis, foi pontual, 6min50s. Eu vou passar para o secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico,

SR. FILIPE RODENBUSCH TISBIEREK: Boa tarde a todos. Cumprimentando o presidente da comissão, Ver. Rafael Fleck, cumprimento todo mundo nesta bancada aqui, os colegas de Prefeitura, demais vereadores, conselheira, os representantes dos blocos. Quero dizer, Ver. Rafael Fleck, antes de entrar na pauta, que estou muito à vontade de estar aqui hoje e vou quebrar um pouquinho o protocolo, porque talvez seja de desconhecimento de alguns que estão aqui na Mesa. Eu sou um militante das culturas populares, principalmente do carnaval, e eu tenho o meu professor sentado nesta Mesa. Inclusive, quando se trata de bloco, B. Loukos, para quem conhece, já ouviu falar, é a primeira participação, alguns bons anos atrás, através do B. Loukos; Bochecha, queria

fazer uma homenagem ao Bochecha aqui, que me apresentou a Copacabana também, B. Loukos, fizemos muitas parcerias. Fui um incentivador na época do bloco e sei da importância, Ver. Jonas Reis, quando tu trazes a pauta da economia criativa nesse contexto do carnaval e de todos os movimentos populares. Não tenha dúvida que a gente sabe, entende, compreende a importância de todas as manifestações para o desenvolvimento econômico da cidade. Quando se trata de desenvolvimento social, que eu acho que é o grande propósito de uma gestão pública, e aqui a Casa eu sei que está comprometida com isso também, a gente tem consciência que não existe desenvolvimento social, se não existir desenvolvimento econômico. O Clovis falou da questão desse departamento de economia criativa, que ora esteve lá no desenvolvimento econômico, na gestão passada, na cultura, e agora retorna para o desenvolvimento econômico oficialmente. Nós estamos reestruturando essa unidade, nós já temos uma unidade ali configurada com profissionais, com uma coordenadora, que é competíssima e é deste ambiente, deste ecossistema da economia criativa, e tenho certeza que vai poder somar muito, para que a gente possa avançar, mas sem nunca esquecer essa parceria importante da Secretaria da Cultura, que vive e respira economia criativa não só no carnaval, mas em tantas outras manifestações artísticas importantes para a cidade. Acho que a gente tem muito sim, e eu trago aqui alguns dados que eu tenho. Por exemplo: nós temos hoje cerca de 134 mil MEIs, que são microempreendedores individuais, formalizados em Porto Alegre. E tantos outros pais e mães que trabalham nas comunidades, de forma informal, que fomentam este mercado cultural e de outras esferas também. Nesta gestão, a gente vem com um olhar muito forte, muito preciso, buscando, sim, construir de forma coletiva, escutando os parceiros das outras secretarias e também a Câmara de Vereadores no que tiverem a contribuir, para que a gente possa avançar neste fomento da economia criativa. A economia criativa é a que faz com que a mãe leve o alimento para a mesa dos filhos, o pai que precisa sair e trabalhar o dia inteiro, mas possa também complementar a renda com uma outra atividade, enfim, nós temos um

universo gigantesco de possibilidades, e é a base da pirâmide da economia de qualquer cidade. Em relação a isso, eu queria deixar este registro.

Sobre os licenciamentos, eu queria também trazer aqui alguns dados. Pelo escritório de eventos da nossa secretaria, a gente vem – fora este edital, que foi promovido pela Secretaria da Cultura – habilitando com fomento financeiro, nós temos aí, foram licenciados lá pela secretaria: o Bloco da Laje, No Caminho Te Explico, Ziriguidum, Bloco das Pretas, Fusca Azul, o Bloco CarnaFolia da Alegria, CarnaFolia da Restinga, o Bloco Tucurutá, o Bloco do Cururu e o Bloco Areal do Futuro. A gente vem licenciando também iniciativas próprias, o que compete à nossa secretaria, enquanto escritório de eventos, fazer o licenciamento de acordo com a legislação. O proponente encaminha, a gente repassa e distribui para os órgãos competentes, quando houver outras secretarias, e o escritório acaba licenciando esses pedidos de eventos, como qualquer outro tipo de evento da cidade.

Sobre a questão, para o fim, e eu vou economizar o tempo aqui, Fleck, menos de sete minutos, sobre a Cidade Baixa. O Ver. Jonas Reis trouxe no início, e eu acho que foi muito feliz na sua fala, quando disse que “vamos olhar para frente”. Mas eu queria só reforçar, não sei se foi o Jonas, ou a Ver.^a Grazi que falou, da importância de chamar também as associações, porque, pessoal, vamos lá, vamos ser aqui, estamos em casa, francos: na Cidade Baixa, nós temos um território pujante e complexo. Nós temos hoje comerciantes que são a favor de eventos, nós temos comerciantes contra; nós temos moradores a favor de eventos, nós temos moradores contra; nós temos associações a favor, associações contra. Realmente, nós tratamos de um ambiente que é um berço cultural, histórico, com moradores de uma idade já avançada, com jovens estudantes que querem eventos, que querem festa. É um ambiente, um território, um recorte muito complexo e que, para que se evite futuramente que a gente esteja reunindo, discutindo também e talvez procurando culpados daqui ou de lá, que a gente sente com todas as forças, de um lado e de outro, e escute as entidades também, as associações que querem e que não querem, e que todos nós sejamos parte dessa discussão e aprofundamento na busca de solução.

Quando se traz aqui “olhar para frente” em relação ao carnaval e aos blocos, para que juntos, de forma coletiva, a gente avance nas melhorias do carnaval, também que a gente enfrente junto essas melhorias, esses desafios que nós temos ali, no que foi trazido aqui pelo Ver. Jonas. Certo? No momento, da minha parte, seria isso. Ah, só para complementar, então, o Escritório de Eventos lá se segue à disposição. Nós tivemos já um contato com o Mestre Gavião, que é o que ganhou a OSC. Então, já está tramitando lá as licenças para os eventos do final de semana, dos blocos, já falamos para ele que, em qualquer dificuldade e situação, a gente está atendendo ali 24 horas, para poder ser célere nesse processo e todo mundo ficar satisfeito.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário Filipe. Quero saudar a presença da Rosângela Veiga, que é servidora da Cultura, e está conosco aqui também. Então, de imediato, eu vou passar para a presidente do Conselho Municipal de Cultura, a minha amiga Rozane Dalsasso, a senhora tem cinco minutos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Rozane, depois da tua crítica construtiva, vamos fazer sete minutos para cada um dos convidados. Pode ser?

SRA. ROZANE MARIA DALSSASSO: Imagina, obrigada, presidente Rafael Fleck. Em seu nome, então, também cumprimento o Ver. Jonas e Ver.^a Grazi, que são proponentes; a Ver.^a Juliana e o Ver. Gilson, que aqui se encontram; os representantes da Secretaria de Cultura, o Fábio, o Paulo Renato; meu querido amigo de sempre, Clovis André, de tantos anos já de batalha; e o secretário adjunto que eu conheci agora, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Filipe. Cumprimento, em especial, aqui os nossos carnavalescos, os nossos queridos batalhadores pelos blocos de carnaval, Angeli, Bochecha e o Roberto Mazzocco, que, enfim, deve estar chegando aí, de volta.

Quero dizer, então, que o Conselho Municipal de Cultura se reúne todos os meses, numa reunião ordinária, na primeira terça de cada mês, onde nós discutimos, debatemos todas as questões relacionadas à cultura. Nós temos um Conselho de Cultura composto por cinco integrantes do governo municipal, o Clovis está desde o início neste Conselho. Nós temos 17 representantes das regiões do Orçamento Participativo, o que é muito importante, porque nós temos aí os representantes dos territórios, presidente, que podem colaborar muito com a sua voz, com a sua identidade, nessa construção coletiva que é o trabalho de construir políticas públicas para a cultura. E também nós temos 13 segmentos, entidades, segmentos praticamente como música, *hip-hop*, dança, teatro, ponto de cultura, enfim, nós somos 13 representados, mas queremos aumentar. Nós temos aí pedido, por exemplo, da cultura indígena, da cultura afro-brasileira, então, talvez venha um projeto de lei aqui para a Câmara, que a gente está batalhando lá, na Secretaria de Cultura.

Sobre o carnaval de blocos, então, a gente vem acompanhando desde o início. Os primeiros que nos procuraram no Conselho de Cultura para tratar essa pauta foram a querida Conceição Vidal e o Mestre Gavião. Eles nos procuraram em 2022, ainda era o secretário Gunter Axt, lembrando que houve quatro trocas de secretários da Cultura. E, a partir dali, nós começamos a discutir essa pauta. Não foi possível fazer um grande trabalho para 2023, mas, depois, o ex-gerente do Fumproarte, o Miguel, fez esse trabalho buscando os blocos, reunindo os blocos, onde houve várias discussões. E, em 2024, nós tivemos o edital de quase um milhão, também com emendas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROZANE MARIA DALSSASSO: Ah, o Edital nº 03/23 executado em 2024. É isso, é essa questão que o Roberto levanta, ou seja, um edital de blocos tem que ser feito um ano antes. Então, a Secretaria de Cultura – e o Clovis sabe que eu faço as críticas diretamente, tanto para ele quanto para a secretária – não fez o tema de casa no ano passado. O dever de casa, que era programar o carnaval

de blocos para este ano, não foi feito. Por isso que o Paulo Renato se debateu lá com o edital este ano para terminar agora e para o carnaval de blocos acontecer em março. Bom, esse é um problema, mas, como disse o Ver. Jones, águas passadas, ou, então, vai passar agora, dias 29 e 30. Esperamos que tudo dê certo nesse carnaval, mas nós queremos que dê certo para os próximos anos, sendo uma política pública de Estado, com continuidade. Porque eu estou olhando aqui, já mostrei aqui para o Bochecha, no orçamento de 2025, que, gentilmente, o Daniel Gomes me enviou, nós temos a previsão de R\$ 8 milhões para o carnaval aqui, mas me disse aqui o Bochecha que é somente o carnaval de rua.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROZANE MARIA DALSSASSO: Ah, desculpe, carnaval de escola de samba, exatamente. Não está previsto aqui dentro, nos R\$ 8 milhões, os blocos de carnaval, está aqui no orçamento, não tem essa previsão, não tem nenhuma previsão aqui. Urge buscar as rubricas necessárias, fazer Lei Rouanet, fazer LIC, enfim, o secretário Clovis sabe como encaminhar isso, os demais que estão chegando agora também, para que a gente tenha um carnaval organizado, para que a gente tenha, por exemplo, um calendário, secretário Filipe, organizado, não só dos blocos independentes, de todos os blocos que quiserem se apresentar, dos blocos das regiões. E é isso, agora foram 20 blocos habilitados, acho que foram habilitados pela CAS, penso que foi, foram habilitados pela CAS, a CAS é a Comissão de Avaliação e Seleção, responsável por toda avaliação de todos os projetos do Fumproarte, aliás, um Fumproarte que precisa de fomento, precisa muito fomento. Então, a secretária esteve aqui, numa outra ocasião, e disse que é o objetivo dela, não foi, Ver.^a Grazi, Ver.^a Juliana e Ver. Jonas? Que ela vai incrementar o Fumproarte. Pois bem, é isso que nós queremos, nós precisamos que o Fumproarte exista como outrora, onde fomentava projetos de arte para a cidade toda, não só para o centro de Porto Alegre, mas para todas as regiões.

Então, outra questão importante que o Ver. Jonas levantou: aprovar na LDO – aprovar na LDO. Então, este ano, acho que não vamos ter problemas, porque nós teremos o apoio dos vereadores da base do governo, certamente, porque nós precisamos de recursos para o carnaval. Então, se já foi, nos anos anteriores, reprovado, este ano tem que ser aprovado, senão não tem recursos. Então, é isso, gente, é programação, é orçamento, é política pública. E a gente lamenta que este ano tenha acontecido isso, e toda a violência que aconteceu na Cidade Baixa, horrível, com as pessoas sendo agredidas, ou seja, um bairro que é um bairro boêmio, eu jamais iria morar lá, eu gosto de ir lá, mas morar lá eu não iria, porque, bom, eu sei que tem barulho, aliás, já morei, quando vim para Porto Alegre, há 20 e poucos anos, eu já morei na Venâncio Aires, tinha uma boate na frente do meu apartamento, convivia com isso, ou seja, a gente também precisa ter equilíbrio, e é preciso que se tenha, tem o Código de Posturas, não é, Ver. Fleck? Então, o Código de Posturas existe, ele precisa ser fiscalizado, é preciso ter um acordo com a comunidade para que o carnaval exista. Cem empregos foram perdidos do CarnoLopo, que não existiu, o comércio todo daquela rua que não conseguiu fazer.

Então, concluindo, presidente, quero dizer que nós somos parceiros sempre, nós dialogamos muito com a Secretaria da Cultura, mas nós também queremos exigir da Secretaria de Cultura planejamento, organização e orçamento, é isso.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, presidente Rozane. Pela União dos Blocos de Carnaval de Porto Alegre, então, Bochecha, sete minutos.

SR. JOSÉ CLAUDEMIR MARTINS CARVALHO (BOCHECHA): Gostei dos sete minutos. Cumprimento o Fleck aí, e estendo aos demais, porque o tempo é curto, o tempo urge e a Sapucaí é grande. Há muito tempo, quando eu era colega de trabalho do Filipe Tisbieriek, eu dizia a ele, e ele está vendo agora, bloco é o futuro. Melhorando aqui a situação dos blocos ou não, vai continuar crescendo, assim como cresceu em todo o País. São Paulo não tinha blocos, a economia está enriquecendo com os blocos lá. Belo Horizonte, em 2024, R\$ 13,1 milhões

foram investidos em BH, em 2025, aumentou o investimento para R\$ 21,5 milhões, o carnaval. Foi um aumento de 64%. Cito Belo Horizonte, que é a que mais se assemelha à nossa cidade aqui. Infelizmente, não gosto de falar muito do passado, mas é bom reviver o passado para que a gente possa construir um futuro melhor. O problema que houve foi que os blocos não foram escutados. Nós tínhamos, inclusive, uma comissão que já foi destituída e a gente tentou conversar, tentou conversar e, infelizmente, não foi possível. Deixamos isso de lado e seguimos adiante. Os blocos não têm partido, tanto é que se inscreveram 54 blocos, para ter uma ideia, desses 54 blocos, apenas um bloco teve o apoio de um vereador com uma emenda parlamentar, um só, de 54. Ou seja, 53 blocos não têm influência nenhuma política. Todos estão pelos blocos, estão a favor dos blocos. Ouvi outro dia, por um membro da secretaria, que R\$ 500 mil era muito dinheiro para os blocos. Quinhentos mil para os blocos é uma micharia. É uma micharia. Vão ser contemplados 20 blocos. Foram inscritos 54; mais da metade dos blocos não será contemplada. Em uma reunião que tivemos agora, onde a secretária esteve, com mais de 50 blocos presentes, uma senhora de quase 70 anos chorou. Chorou. E por que ela chorou? Porque o bloco dela não foi contemplado e ela não viria desfilando aqui no Centro de Porto Alegre. Eu cito a ânsia do pessoal das comunidades de vir desfilando no Centro porque eles querem mostrar o seu talento. Cito o meu sobrinho, que é um jogador de futebol, teve êxito, foi jogar no Internacional. Cito também, agora, no Carnaval de Uruguaiana, muitos músicos daqui desfilando no carnaval de lá. Então lá na periferia tem muita coisa boa. E cabe a nós, nós que fazemos a história acontecer, que a gente os traga e que deixe eles mostrarem o seu talento. Como eu disse aqui, Belo Horizonte investiu R\$ 21 milhões. Porto Alegre investiu R\$ 8 milhões agora no carnaval, e foi principalmente o carnaval de Escola de Samba, que levou esse dinheiro. E merece, e é pouco ainda. Porque eu tenho certeza que os maiores impostos são pagos na periferia. É aquele arroz que tu comes, é aquele feijão que tu comes, e por aí vai, por aí vai. Só que a gente não tem tido retorno. A gente tem tido muito pouco retorno porque a gente não tem cultura na periferia. Eu, particularmente, fui um dos privilegiados desses blocos todos que obtive

essa emenda parlamentar. E essa emenda parlamentar eu destinei, no meu projeto, a mesas e cadeiras; e o resto da emenda, vou citar a emenda aqui, foram R\$ 30 mil, e o resto da emenda eu vou compartilhar com outros cinco blocos e farei essa atividade lá na Bom Jesus, com seis blocos de carnaval. Ou seja, estou repartindo o que eu ganhei. Eu queria simplesmente fazer a apresentação do meu bloco ali, pagar os meus músicos e, se fosse sem-vergonha, botar algum Odiheiro no bolso; mas não, eu quero a cultura de blocos. Eu diria LDO. Parabenizo o Jonas Reis por esse assunto maravilhoso aí. Nós temos aqui Réveillon, Festa dos Navegantes, São Patrício, carnaval, aniversário da Cidade, Semana Farroupilha – são eventos que acontecem todo ano. Tem que estar na lei, tem que estar na programação de gastos, tem que estar porque vai acontecer todo ano. E se houver uma pandemia aí ou uma necessidade de sair para a saúde, vão tirar, pode tirar lá da cultura, tira de onde tiver que tirar, vai ser tirado. Só que a gente tem que deixar marcado lá para o carnaval de Porto Alegre aí, porque é a cultura da periferia, pessoal. É a cultura da periferia, que nem a gente estava falando agora aqui num grande evento que teve lá no campo do Grêmio, esse grande evento aí é para quem tinha dinheiro para ir. Você não ia ver ninguém de periferia lá. Agora aqui, no sábado aqui, tu vais ver os 20 blocos privilegiados. E pasmem, eu briguei bastante. Iam colocar esse pessoal a desfilar de manhã. Mas como de manhã? Está louco? De manhã? E o que a gente precisa principalmente, pessoal, da Secretaria de Cultura, Secretaria de Eventos, é a data e o local. A data e o local. Porque como é que a gente vai buscar investimento com empresários se a gente não tiver, se a Secretaria de Eventos não nos der o espaço? Como aconteceu da Lopo ali, que foi enrolando, enrolando, enrolando e até que não chegou o espaço lá. E infelizmente nós, de periferia, não temos essa capacidade de arrecadar recursos junto aos empresários. Até porque, a gente, muitas vezes, não é nem recebido pelo empresário. E a gente conta simples, única e exclusivamente com o poder público. E quando eu estive ali no Jornal do Almoço, em discussão com a secretária – eu juro, juro que eu não queria estar –, uma coisa todos viram: a opinião pública está do lado do carnaval de rua. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Bochecha. Pontualmente, sete minutos, cronometrado. Então, Roberto Mazzocco, pela União Independente dos Blocos da Restinga, o senhor tem sete minutos.

SR. ROBERTO MAZZOCCO: Quero cumprimentar a todos na Mesa e toda a plenária, sintam-se todos cumprimentados. A União de Blocos Independentes da Restinga está trazendo aqui, já apresentamos já na reunião para o Fumproarte, para a secretária, alguns pontos que a gente levanta, pode passar aí adiante para os vereadores, alguns pontos de propósito para a gente começar a dialogar a questão da construção de uma política pública de carnaval de blocos. Quando a gente fala de carnaval, o que vem em nossa cabeça são os carnavais das escolas de samba. E por que isso ocorre? Isso a gente tem que remontar. Bom, quem é porto-alegrense da gema, como eu, 60 anos, já passou pelos carnavais que se tinham desde os carnavais de salão, os cordões carnavalescos, que ainda se mantiveram em Porto Alegre, e depois os blocos de carnaval de salão. Teve um refluxo na década de 80, os blocos, porque eles foram absorvidos para dentro dos clubes, e daí praticamente só em algumas regiões de Porto Alegre que ainda se mantinham as festas populares de rua. Nós tivemos a ascensão das escolas de samba, então praticamente os blocos, a política de blocos de rua foi praticamente esquecida pelo poder público e até mesmo esquecida pela discussão que se travava, porque estavam em ascensão as escolas de samba. Então foi meio que deixado de lado. E agora a gente vê o fenômeno ressurgir outra vez, de 2000 para cá, aqui em Porto Alegre principalmente. De 2000, final dos anos 90, para cá, nós vimos, cada vez mais, tomando forma. É uma realidade que não vai acabar. E é uma realidade e um fenômeno nacional. E Porto Alegre tem que se adaptar a isso. Por quê? Tem que tirar proveito disso também, como uma forma de crescimento econômico e também turístico para a cidade. Como as outras capitais estão fazendo e como os outros municípios já viram nisso aí, porque as pessoas estão saindo dos salões e indo para as ruas, um fenômeno popular. É um fenômeno em que o cidadão está retomando o seu

espaço dentro da cidade, nas festas populares, e assim se representar. Então, o que cabe a nós, então, como representantes dos blocos? Bom, quando a gente fala de blocos, é aquilo que eu gosto que o Ian fala, que bloco não pode ser visto dentro de uma caixa. Não pode ser visto dentro de uma caixa, que nem escola de samba. Escola de samba, tu vais no império da Zona Norte, tu vais na Estado Maior da Restinga, vais ver a mesma coisa. A mesma coisa. Tu viste uma escola, tu vêes outra. É igual. A organização deles é igual. A organização, todo o contexto que se dá é igual uma com a outra. Bloco não. Bloco é uma manifestação cultural espontânea de um determinado local, de um determinado grupo social e de uma determinada região. Então, a gente tem que ter primeiro claro isso. O que falta em Porto Alegre e o que falta, acho que também para os gestores, o que falta também para o Poder Legislativo é se apropriar desse fenômeno cultural, tentar entender esse fenômeno cultural. Nós temos vários tipos de blocos em Porto Alegre, um diferente do outro, um refletindo a sua comunidade, um refletindo a sua territorialidade, um refletindo diferentemente do outro, com várias necessidades, uma diferente da outra. Uns têm necessidade de fomento para se manter, outros não precisam de fomento, mas precisam de um aporte. Como é o caso do Restinga Carnafolia, que nós fizemos agora, dia 16, organizamos junto com os blocos da Restinga, junto com o comércio local e a comunidade, com a ajuda da Prefeitura, que nos deu a estrutura que nós necessitávamos, que era banheiro, licenciamento, segurança. E, através da iniciativa privada, com a clareza dos blocos da União de Blocos, porque foi algo que foi construído durante ano, a necessidade de a gente colocar, em primeiro lugar, a relação da cultura, antes da questão financeira. É necessária a questão financeira para manter? É necessária. Mas primeiro, preservação da cultura, entendeu? E por isso nós fizemos, dia 16, uma grande, acho que a maior festa popular da periferia de Porto Alegre, com dez mil pessoas, da comunidade, integrando quatro regiões da Restinga, e a gente bem sabe como é que são as relações da Restinga, e houve uma pacificação para todos se divertirem, eram famílias. Essas são relações que se tem de construção com a comunidade. Esse mesmo reflexo nós temos que ter para as outras regiões também. Carnaval não é só Centro, apesar de que é

necessário também ter o domínio do território ali, mas às vezes eu vejo que existe um preconceito no discurso de como se só carnaval de Porto Alegre fosse no Centro da cidade. E eu vou dizer bem claro para vocês: começou lá, sim; começou lá. Mas não esqueçam que na década de 60, a maioria das famílias da Ilhota, da Cidade Baixa, das vilas do Portuário, os negros do mercado público foram jogados pela higienização para os territórios. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E coisa que eles não levaram também essa cultura para lá. Então, nós temos que fortalecer muito, na mesma condição de igualdade, no pé de igualdade, a cultura também dos territórios. E isso tem que ser incentivado. É por isso que nós temos uma proposta, que é uma coisa que a gente vem discutindo desde a Comissão de Blocos, que é criar um marco regulatório dos blocos, um congresso de blocos, que vai fazer com que as experiências, junto com o poder público, junto com o Legislativo, junto com a PGM, que a PGM é uma relação técnica... Eu venho daí. Minha profissão, sou aposentado, eu venho daí. E nós temos uma relação técnica, puramente financeira, técnica, legal. Mais do que isso, a gente não avança nos pareceres. Se a lei diz que é isso, é isso, ponto. Falta para eles também o conhecimento. Quem dá esse conhecimento e quem dá esse norte legal é essa Casa aqui. Essa Casa. A responsabilidade de legislar é dessa Casa. A responsabilidade do Executivo é executar as políticas públicas. Então, nós carecemos de políticas públicas, que se constitui aí uma forma da gente organizar esse setor estratégico para Porto Alegre. Que é uma relação estratégica. Eu sou presidente também da Associação dos Empresários da Restinga, e nós fizemos levantamentos depois do segundo Restinga Cai na Folia. Houve um fomento local de mais de R\$ 150 mil para R\$ 25 mil, R\$ 20 mil de investimento.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

SR. ROBERTO MAZZOCCO: Para vocês verem o retorno que se dá. É isso aí. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Roberto. O Sr. Ian Cunha, pela Comissão de Organização dos Blocos, está com a palavra. O senhor tem sete minutos.

SR. IAN CUNHA ANGELI: Boa tarde a todos, todas, todes, queria cumprimentar a Mesa na figura do presidente da comissão, da vice-presidente, que acho que encontro pela primeira vez oficialmente, como vereadora, depois de muitos anos. Tivemos realmente um sábado de muitos eventos, vários foram citados aqui, e ninguém falou do bloco que aconteceu com 30 mil pessoas. Como é possível isso? Um bloco na orla com 30 mil pessoas, e quando vocês citam todos os eventos, não existe o bloco. É meio interessante a gente pensar. A Turucutá existe há 14 anos, se não me engano, e tem uma oficina de percussão em que as 120 vagas, online, acabam em dois minutos. No último carnaval, eles tinham gente que foi formada pela percussão em dez escolas de samba. Só a maior campeã do carnaval, não é mais o Bambas o maior campeão do carnaval, Clovis, infelizmente, só para lembrar esse detalhe, então, a Imperadores, a maior campeã do carnaval, passou com dez em tudo na bateria, com mais de 20 integrantes oriundos da oficina da Turucutá do bloco de carnaval. Então, estamos falando aqui de culturas complementares. Hoje tem oficina da Ziriguidum, das Batucas, e estamos falando aqui de blocos em que nenhum está nessa lista, ou participou desse edital. Porque um edital, quando ele começa mal feito, ele não tem conserto. Eu sei que você chegou no dia da publicação, sua nomeação foi no dia da publicação. Então, é muito difícil isso. Só agora você falou um ponto que me chamou a atenção: que foi feito com base na [Lei nº 13.019/14](#). Essa lei não permite nenhum tipo de empresarial, foi errado, não foi usada a lei de licitação, a [Lei nº 14.133/21](#). Porque se fosse pela Lei nº 14.133/21, todos os blocos poderiam ser contratados diretamente. E aí tem um ponto que a gente tem que ver: existem pelo menos quatro diferentes formas de carnaval. Eu acho que é esse o conceito que a gente tem que entender. Esse edital, da maneira como foi feito, eu acho que a gente tinha dois formatos atendidos em um só, e acabou atendendo uma área só, que são os comunitários.

Os comunitários, eu acho que é correto o que o Bochecha trouxe, eles querem ser vistos e querem ter autonomia. Porque, na sexta-feira, eu não sei se mudou isso, mas na reunião de sexta-feira, com os blocos contemplados, tinham blocos preocupados, porque eles eram de uma área da Zona Leste e iriam tocar em uma outra área deflagrada por outra facção. Todos os blocos contemplados eram de áreas de uma facção, e o evento estava marcado em outra área. Não sei como isso foi encaminhado até agora, isso é uma preocupação que tinha, não sei se a organização do evento encaminhou uma mudança, mas os blocos estavam preocupados, estavam tentando mudar de local. Porque existia um risco concreto. Isso retira a autonomia. É o direito do solo. Quando a gente fala... Ninguém vai tirar, por exemplo, a Laje da Redenção, porque ela nasceu lá. Renomearam o recanto europeu de recanto africano, e, hoje, grupos de teatro, todo mundo chama de recanto africano. A Turucutá nasceu na Cidade Baixa, ensaiou muitos anos nos Açorianos, esse é o seu solo, como vários blocos são da Cidade Baixa. E eu achei bem interessante a questão do Ministério Público fazer um TAC, porque é a primeira vez que eu vejo o Ministério Público fazer um TAC contra uma decisão judicial. Porque há uma conciliação que diz quais são os dias que pode ter carnaval na Cidade Baixa, e o Ministério Público faz um TAC contra a decisão judicial. Isso eu nunca vi, é a primeira vez que eu vejo isso. E aí a gente tem que ter uma diferença. Quando a gente fala dos blocos, é diferente de eventos de carnaval. Eu desconheço até agora blocos de carnaval que foram negados de sair durante o carnaval. O que tivemos eram eventos que contratavam blocos; blocos precisam se monetizar, precisam ter autonomia e são contratados para fazer *shows*. Um deles era o CarnaLopo, que era organizado por um restaurante, um bar local. Então, assim, isso acontece por falta de política da gestão, falta de política de ter uma programação oficial durante carnaval. E eu falo que isso... Recife passou nos anos 1990, foi o que Recife passou, que criou o carnaval do Marco Zero. Tirou de dentro de alguns pontos e levou para o Marco Zero para conseguir fazer isso. E é isso que se faz, Clovis. Eu entendo, você, como morador, atende essa preocupação... E é uma área conflagrada? Então, tudo bem, a Prefeitura mete um palco na Alfândega,

monta uma programação com cachê, atendendo esses blocos que não estão aqui na lista...Porque a gente tem os comunitários, mas a gente tem os blocos que têm contrato com a produtora para vender, que têm nota fiscal, que têm tudo isso, e esses têm que ter o fomento da Prefeitura. A Prefeitura vai lá e contrata eles para fazer um *show* oficial no carnaval. Recebendo, eles tocam. Porque no ano retrasado eu botei a Laje no carnaval; produzindo num bar, eu botei a Laje durante o carnaval. E eles falaram: “tendo cachê, eu faço um *show*.” Como qualquer artista, quando a gente vai chamar uma dupla de sertanejo, quando vai chamar um grupo de pagode. A gente tem que achar que a economia da cultura dos blocos também está desenvolvida. E eles têm direito de ser contratados para eventos oficiais. Quando que teremos um bloco de carnaval no *réveillon* de Porto Alegre? É a pergunta que eu faço para a Prefeitura, porque nunca tem. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Como que vão botar dentro da programação? E, além disso, tem dois formatos de carnaval que precisam de maior atenção também. Então, você tem o comunitário, você tem esses, não vou dizer assim, mais produzidos, de produtoras, que foi o grande *boom* de São Paulo e de Minas, foram isso que as produtoras começaram a fazer, mas a gente tem as manifestações orgânicas, a gente tem as tribos carnavalescas. Aqui, em especial, há 20 anos, temos o Maracatu, temos pelo menos cinco grupos de candombe, temos um grupo de cúmbia, todos esses são manifestações carnavalescas típicas que existem no nosso cotidiano e não vão se reorganizar como comunitário, não vão ser como produtor. E a gente ainda tem as fanfarras. E, aí, para eu completar, as fanfarras nada mais são que, sobre percussão, ele tem uma profusão sonora menor. Então, não junta tantas pessoas. E elas andam muito.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

SR. IAN CUNHA ANGELI: Para concluir. Então, as fanfarras têm uma capacidade de juntar pouca gente e circulam muito. Fanfarra não é um problema exatamente dos bairros. Então, eles conseguem circular. Agora, no final do mês

de abril, teremos o Honk, que é um Festival Internacional de Fanfarras no Rio Grande do Sul. A Secretaria de Cultura já está apoiando, de alguma forma, que eu sei, mas a gente precisa ver que esses grupos... Inclusive, eles têm uma... A única necessidade que eles têm é: “definem uma área na cidade que a gente possa circular e garantam os banheiros.” Não querem mais nada. Só querem um banheirinho lá para não ter conflito com os moradores. A gente só quer isso. Então, cada natureza de organização, de segmento, tem a sua necessidade. É importante a gente identificar isso dentro das ações da Prefeitura. Então, atender segmentos separadamente, conseguir fazer fóruns separados para atender esses grupos. É isso. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ian. Vou passar, então, aqui para a nossa vice-presidente. A senhora tem sete minutos. Eu vou fazer agora um bloco de inscrição dos vereadores. Eu vou contemplar primeiro os vereadores que não tiveram acesso à fala ainda, depois nós fizemos uma rodada final e aí o Município, então, para as considerações finais.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde a todas e a todos, quero, presidente, em teu nome, saudar aqui os colegas, em nome do nosso Ver. Jonas Reis e da minha querida companheira aqui dessa comissão, Ver.^a Grazi, que propõe esse debate tão importante para a nossa Casa, para a cidade. Fico feliz de estar aqui também com o nosso outro vereador *ad hoc* aqui, o meu querido amigo Ver. Giovani Culau. Saudar em teu nome, Rosane, aqui os nossos convidados também da sociedade civil. Saudar aqui a participação da secretaria em teu nome, Clóvis, que é também um defensor do carnaval de Porto Alegre. Esse é um debate que me é muito caro, e eu olho aqui para vocês, em teu nome, Lídio, quero saudar quem acompanha aqui a nossa discussão, porque estive, neste final de semana, no último ensaio lá do União do Morro, com o Lídio. Enquanto estava tendo o Turucutá, eu estava lá na Cruzeiro com o Lídio, acompanhando esse processo de resistência cultural, de organização popular e de manifestação daquilo que é de mais rico. Quando tu falavas, Bochecha, fiquei

pensando muito sobre o quanto é importante reconhecermos a dimensão que tem essa vinda do nosso carnaval comunitário para ocupar o Centro, para mostrar todo o talento que temos. Lembrei da Luciana, Lídio, lembrei quando tu falavas que ela foi convidada para desfilas em outras escolas, porque a gente tem tanta potência, tanto talento, que, nesse momento, a gente pode mostrar para a cidade inteira. E é isso que a gente está falando também neste debate, dessa riqueza cultural, dessa riqueza de talentos, de como a gente tem uma juventude, a mulherada, a nossa população da periferia como fonte, inclusive, das nossas mais ricas manifestações culturais.

E aqui é importante falarmos que, quando falamos dos blocos de rua, falamos de algo que tem uma tradição mais que centenária na nossa cidade, que sempre fomos uma cidade com um carnaval forte, com essa tradição na nossa raiz. Foram os blocos de carnaval que criaram as escolas de samba, a partir dos anos 40, na Cidade Baixa. Então, respeitar o carnaval de rua é respeitar a nossa história, secretário. Valorizar o carnaval de rua é valorizar a raiz de uma das maiores potências criativas e de manifestação do que é o nosso povo. E o nosso povo de Porto Alegre é constituído por essa cultura, e a nossa cidade é feita dela. Amanhã, no aniversário de Porto Alegre, essa dimensão da nossa cultura deveria estar no centro daquilo que vamos mostrar para o mundo.

Então, acho que é a partir desse lugar que precisamos pensar esse debate. E acho que é importante fazermos essa discussão aqui na Casa, meu colega e nosso grande parceiro aqui, presidente Ver. Fleck, porque precisamos discutir algumas lacunas. As mudanças na Secretaria da Cultura, no início desse governo, por exemplo, criaram algumas dessas lacunas. E acho que, inclusive, ouvindo vocês, fiquei refletindo sobre elas. Sei que muitas delas não são responsabilidade de quem assume. Mas, bom, quando a gente tem esse nível de mudança e um não-preparo prévio, a gente vai ter problemas. Quando não escutamos quem são os donos, os fazedores da festa, para construir um edital, vamos ter esse tanto de problema. E o Ian e o Bochecha foram aqui muito didáticos na explicação. Então, vamos ter problemas. Se não escutamos quem faz, não vamos saber fazer.

E acredito que precisamos apontar aqui, como Câmara, que tem esse papel fiscalizador, ajudar a ajustar os caminhos. Tenho falado que somos entusiastas por Porto Alegre ganhar. Se somos entusiastas por Porto Alegre ganhar, precisamos também torcer para que deem certo as políticas que vão se construir nesse governo, independente da nossa condição de oposição, e estamos aqui para ajudar nisso. Por isso, apontamos as críticas que devem ser ouvidas como críticas necessárias e construtivas. Nós estamos vendo que elas são necessárias, porque nesta Mesa isso está se explicitando muito bem. Então, acho que essa é uma das lacunas.

Agora, tem outras questões que são de concepção. Outras questões são de concepção, Ver.^a Grazi. Porque a manifestação do prefeito, no início agora do debate do carnaval, foi até manchete – vergonhosa – de jornal, não tem nada a ver com a discussão que estamos fazendo aqui, inclusive com o trabalho que vocês mostram aqui. Quando o prefeito de Porto Alegre vai para a imprensa e fala que não haverá baderna no carnaval, nem fora do carnaval, ele está dizendo que a maior manifestação da cultura popular é que o carnaval é baderna? Prefeito Sebastião Melo, o carnaval não é baderna. Carnaval é riqueza. Carnaval é cultura. Carnaval é a cara do nosso povo, a cara desta cidade. Carnaval é geração de renda. Carnaval é o fomento a cadeias produtivas muito importantes para a nossa cidade. Isso é o carnaval. O prefeito precisa conhecer, Clóvis, a potência do carnaval. Não adianta só ir lá e dar uma sambadinha no Porto Seco. Tem que reconhecer o carnaval de rua, as escolas de samba, tem que valorizar, tem que respeitar o carnaval. Tem que respeitar o carnaval, e o prefeito Melo desrespeitou o carnaval e precisa respeitar. Porque aí o trabalho de vocês também vai andar melhor. É isso que precisamos, e somos parceiros para isso, para cobrar o prefeito disso. Inclusive, vários que estão aqui também foram apoiadores do prefeito. Então, ele tem que respeitar, inclusive, os seus apoiadores.

Quero destacar que é importante a gente pensar na autonomia dos blocos. Os blocos precisam de orçamento próprio, assim como as escolas de samba, com a condição prévia de construir o seu processo para o ano seguinte. Os blocos

comunitários têm mais dificuldades por terem outra dinâmica de trabalho, de formalização, diferente dos blocos do Centro, que têm produtoras, e eles precisam ser ainda mais valorizados, porque estão onde está aquilo que temos de mais rico, que é a potência criativa da nossa periferia.

Os blocos comunitários, finalizo com isso, precisam ser valorizados, reconhecidos e incentivados. Então, se a Prefeitura tem dificuldade de lidar com os blocos, porque não os entende como organização formal, a partir desta reunião, podemos dar uma virada de chave. Estamos aqui à disposição para ajudar, e acredito que os blocos estão aqui na expectativa de que haja uma mudança concreta, porque o que aconteceu neste ano, a violência a marcar o carnaval e não a alegria e folia, não pode seguir acontecendo. O desrespeito vindo do prefeito não pode seguir acontecendo. A cultura popular pede por um carnaval em Porto Alegre reconhecido e valorizado. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Juliana. O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde a todo, boa tarde presidente Rafael Fleck; colega Ver^a Grazi; a Juliana; o Ver. Jonas, o sexto componente aqui da CECE; Giovane Culau, o sétimo, falar aqui. Quero cumprimentar o meu amigo Fábio Bandeira, mais conhecido como Fabinho; o Paulo; o André; o meu amigo Tisbierek. Por falar nisso, Bochecha, nós temos aí uma parceria de longa data, nós trabalhamos juntos, fomos colegas, eu, o Tisbierek, o Fabinho e o Bochecha até jogamos bola juntos. Subprefeito nas subprefeituras, antigamente nos CRIPs, e o Mazzocco, o representante, saudando vocês, saúdo a todos.

Eu sou morador do Extremo-Sul de Porto Alegre, já falei isso várias vezes aqui, eu sou um cara que invisto bastante em cultura na parte de Belém Novo, Lami. Por quê? Porque lá é muito difícil chegar a alguma coisa, eu acho que, se a gente não trabalhar, é longe. Até falo que nós tivemos lá um bloco de carnaval na Praia do Lami, isso em 2015, faz dez anos, onde deu mais de 10 mil pessoas atrás dos blocos. Se tu chegares à Secretaria da Cultura, deve ter algumas fotos lá

ainda dos bloquinhos, dos azuis, veteranos da Praia do Lami, onde fizemos um bloco com 250 camisas e fizemos a festa lá. Ah, você era morador do Lami lá na 21, não é? Então, eu gosto muito dessa parte. E até, na última reunião que a gente teve aqui, conversei com a secretária Liliana e até cobre para a gente poder levar carnaval para Belém Novo e para o Lami. Pena que a gente não conseguiu. Até uso isso porque, semana passada, teve festa em tudo quanto é lugar. Domingo, a gente botou um pagode de rua na praça. Com R\$ 5 mil, a gente fez uma festa e contemplou mais de mil pessoas. Muito pouco, mas conseguimos atender muita gente, e movimentou o comércio local, onde todo mundo ganhou, faturaram. Pena que no final, duas horas depois, entrou uma gurizada lá e fez uma bagunça. E isso é complicado, mas a gente tem que lutar bastante. Mas eu sempre carrego uma coisa, pessoal. Eu sou de construir. A gente tem que construir. Eu já fui apertado aqui em outras reuniões, na porta do meu gabinete, pela gestão, acho, passada: tu és obrigado a botar recurso de emenda para o carnaval. Não funciona desse jeito. Vamos sentar, vamos construir e fazer um bom carnaval. O Ver. Gilson Padeiro aqui está à disposição para a construção. Pode contar comigo aí, e a gente só tem que afinar os instrumentos, não é? Conversar e construir o que pode ser feito. Um abraço a todos e muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Gilson. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, presidente Fleck, quero mais uma vez agradecer a acolhida que recebo nesta comissão. Neste ano, sou vice-presidente da CEFOR, mas já é a segunda oportunidade em que estou aqui com vocês e agradeço esse acolhimento. Cumprimento as representações do governo, mas, de modo especial, a Rozane, o Bochecha, o Roberto e o Ian. Cheguei um pouco atrasado porque nós conquistamos na justiça uma liminar que suspende os efeitos das alterações promovidas no Conselho de Meio Ambiente na cidade, mas cheguei a tempo de poder ouvi-los e ouvi-la.

Eu gostaria, Ju, Grazi, de começar este debate fazendo uma reflexão. O carnaval é uma festa celebrada no mundo, mas precisamos pensar sobre o Brasil. Nós estamos falando de um País negro, de um País marcado pelo processo de escravização. Então, quando falamos de carnaval no Brasil, não estamos falando de um carnaval como nos países europeus; estamos falando de um carnaval marcado por grande influência do povo negro.

Eu ouvi o Bochecha falar que é uma cultura de periferia, e a gente, inúmeras vezes, fala de uma cultura popular. E por que estou trazendo esse elemento como ponto de partida? Porque é preciso reconhecer que, quando falamos de carnaval no Brasil, estamos falando de tensão, de contradição, de disputa, de apagamento. E isso existe na Câmara Municipal, e isso existe no interior do governo. Eu ainda, na verdade, quando cheguei, ainda havia as representações do governo falando, se não me engano, a representação do Fumproarte. Eu quero lamentar, porque ouvi sobre um desconhecimento ou um não conhecimento sobre determinados debates com os blocos ou sobre os próprios blocos em si. E por que eu lamento? Nós, do mandato coletivo, assumimos o mandato em 2023, e, naquele ano, vivemos a mesma situação. Nós estávamos às vésperas do carnaval, não havia organização para os blocos de rua, não havia política de fomento constituída. Foi naquele momento que se instituiu a comissão e se debateu o edital.

Então, o que há aqui, na verdade, é um reconhecimento sobre a descontinuidade das políticas públicas, que já são frágeis, e até mesmo aquilo que se avança, por vezes, no debate, retrocede por descontinuidade das políticas. E o que, para mim, é mais injusticável ainda se tratando de um governo municipal reeleito, ainda que eu pudesse lembrar que o prefeito hoje já foi vice-prefeito. E se acerta quando se diz que há uma necessidade por parte dos vereadores e vereadoras, e também da gestão pública municipal, de se apropriar sobre esse carnaval.

Lá em 2023, aprendi muito, que é necessário se falar dos carnavais. O Ian estava trazendo aqui que, sempre quando estão os blocos, a gente fala dos blocos centralizados, descentralizados, comunitários, cada um com as suas características e, por consequência, com demandas próprias. E eu não tenho

dúvida de que temos aqui uma série de desafios que não são novos. Há alguns anos, estamos aqui na CECE falando sobre a necessidade de atualizar a Lei Dilamar Machado. Por consequência, também precisamos avançar na regulamentação, o tema do financiamento. Quando a gente fala do financiamento, tem uma proposta colocada à mesa, que temos que pensar se é exatamente isso, mas de fundo específico.

E o que eu queria insistir aqui, Fleck, porque acho que talvez tu tenhas um desafio, uma responsabilidade, uma oportunidade única. Porque eu não acredito que nós vamos ser exitosos se tivermos qualquer tipo de iniciativa que seja individual de algum dos vereadores que está aqui nesta Mesa. Nós, em 2023, o mandato coletivo encaminhou uma emenda para o carnaval de rua. E nós tínhamos um debate iniciado sobre a atualização da legislação da Lei Dilamar Machado, mas nós não protocolamos, Fleck, porque, se nós tivéssemos protocolado como uma proposta de autoria do mandato coletivo, não iria ser aprovado. Isso precisa ser resultado de uma síntese coletiva, sustentada no debate trazido pelas representações que estão aqui, porque, senão, nós estamos fadados ao fracasso. E por isso acho que o papel da comissão é imprescindível, da mesma forma quando a gente debate a questão do orçamento. Ninguém sabe melhor do que o próprio Executivo que a execução do orçamento começa a partir do dia 15. Então, aqui também reside, já de antemão, uma lacuna nas palavras da Juliana, para eu utilizar de um eufemismo, vou tomar emprestado a sua palavra, porque já arrancamos em 2025 despreparados para 2026. E, também, quando se trata da discussão do orçamento, que é um dos temas mais sensíveis para o governo, se a Juliana, ou melhor, se o Jonas e a Grazi, que são os proponentes dessa discussão, nessa oportunidade, apresentarem uma emenda que seja uma iniciativa individual deles e dela, não vai ser aprovada.

Eu, inclusive, em uma das proposições que fiz de alteração do orçamento na Casa, ouvia de pares aqui da Casa dizendo que não era papel dos vereadores alterar a proposta do orçamento enviada pela Prefeitura. Então, para alguns e para algumas, é cancelar. Foi com muita luta que a gente conseguiu garantir

R\$ 300 mil a mais para a Defesa Civil no ano passado. Então, eu estou optando, neste momento, para ter uma manifestação aqui na comissão que tem um caráter diferente das outras vezes. Eu acho que o nosso grande desafio, e insisto, Fleck, a possibilidade de vitória é que seja liderada por ti e por esta comissão, de um processo sistemático de trabalho, de organização e desdobramento do debate, que é político, o que estamos fazendo aqui, para que a gente consiga avançar. E que a gente não esteja, em 2026, fazendo as mesmas discussões que faço desde que cheguei aqui em 2023. E que, imagino, quem veio antes já fazia, por óbvio, a história não começou comigo, estou só compartilhando aqui um relato da minha memória.

Imagino que deva estar encerrando, Fleck. Então, eu não tenho dúvida de que, quando a gente fala do carnaval e da defesa dele, é uma defesa da cultura, tem um elemento muito importante que a gente precisa fazer aqui, da defesa do direito à cidade. Quando se fala da Cidade Baixa, e eu ouvia do secretário, fiquei feliz de ouvir, de fato, na Cidade Baixa, para pegar um exemplo, ali há convivência, divisões de cidade distintas. E eu entendo que a Câmara e a Prefeitura precisam construir uma mediação. Hoje, não há mediação; hoje, há uma imposição, e eu concordo com o Ian, que traz aqui os elementos do posicionamento do Ministério Público. Há, no caso da Cidade Baixa, a imposição de apenas uma visão de cidade. Nós precisamos construir uma mediação, garantir o direito à cidade. O carnaval é, sim, possibilidade de desenvolvimento econômico, de geração de emprego e renda, inclusive nas periferias. E, vejam, quando a gente não reconhece o carnaval enquanto essa possibilidade de desenvolvimento econômico, aqui temos, mais uma vez, presidente Fleck, símbolos daquilo que eu falava no início, que é, sim, preconceito e estigmatização, porque não há uma aceitação do potencial econômico do carnaval por muitas representações políticas desta cidade.

Então, feliz de estar mais uma vez aqui nesse debate e otimista de que, com essa configuração e sob a liderança da comissão, talvez possamos dar um salto, garantindo, para além do debate, a consolidação de avanços que valorizem os carnavais em Porto Alegre. Muito obrigado, gente. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Giovanni Culau.

Nós temos ainda dois inscritos na nossa plateia, o Sr. Lídio e o Sr. Toninho Barão. Eu queria fazer uma proposta, Ver. Jonas, de a gente ouvir, então, os dois inscritos. Após, ouvir o governo, e, em seguida, vocês, o Ver. Jonas Reis e a Ver.^a Grazi Oliveira encerrariam a reunião. O senhor concorda, Ver. Jonas? (Pausa.) O senhor quer falar? Eu vou franquear a palavra para o senhor. (Pausa.)

Deixa só aproveitar a fala do Ver. Giovanni Culau, que é sempre brilhante, e o encaminhamento dele até seria uma ideia aqui, enquanto presidente da comissão. Mas não seria um projeto do vereador, mas um projeto da CECE, claro, com vários vereadores signatários da mesma proposta, de fazermos um encaminhamento de uma reformulação do projeto lei, da Lei Dilamar Machado, com a inclusão do calendário dos blocos de rua também, e um local já pré-estabelecido, até para que a sociedade também tenha conhecimento de onde vai ser realizado anualmente o carnaval.

Então, acho que é um projeto que nós poderíamos, inclusive, Ver. Giovanni e Ver. Jonas, minha vice-presidente, Ver.^a Juliana, Ver.^a Grazi e Ver. Gilson, discutir com o Governo também, para a gente chegar a um consenso e, quando for ao plenário, ter capacidade de ser aprovado o máximo de conquistas que a gente conseguir incluir em um projeto de lei. Então, seria esse o encaminhamento. Depois, vamos finalizar, mas acho que já pode ser um encaminhamento aqui da CECE, nesse sentido, para que a gente tenha, então, um resultado efetivo na nossa reunião. (Palmas.)

Sr. Lídio, o senhor tem três minutos. Nós temos um costume aqui, as pessoas, quando fazem a inscrição, mas que não são convidados, até para não estender demais a pauta da nossa reunião, têm a palavra franqueada por três minutos. Pode ser? Ver. Marcelo...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só pode entrar, vereador, se entrar sambando, que a história aqui é carnaval. Vamos ver se tem samba, eu vi um vídeo aí.

SR. LÍDIO SANTOS: Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer à Ver.^a Grazi, ao Ver. Fleck, presidente; à Ver.^a Juliana, agradecer que foi lá visitar o nosso bloco, que é isso que é importante, também o poder público visitar os blocos na comunidade, não só na época de eleição ir lá buscar voto e depois somem. Isso aí, também tenho que dar esse recado. Ver. Jonas, boa tarde. Ver. Culau, Ver. Gilson Padeiro; toda a comissão da cultura sambando; grande parceiro, Felipi, de várias datas, também do *hip-hop*; Rozane, baita irmã, parceira, e aos demais componentes de bloco. O que a gente traz? Essa importância do bloco, do bairro e da comunidade. Ela é importante porque a gente salva vidas também, que não foi colocado aqui. Como o colega colocou, às vezes, confundem a questão que a gente mora em comunidade pobre, preta, e que tem facções, que a gente não consegue fazer cultura. Não, gente, é o contrário, a gente salva vidas com a cultura, tanto com a cultura do carnaval quanto com a cultura do *hip-hop*. Então, se vocês vissem lá, a gente trabalha, a nossa bateria – a Juliana esteve lá nos visitando e acompanhando o nosso ensaio – é composta por meninos e meninas, jovens de 12, 13, 10 anos, na nossa bateria. E é onde também que se descobre talentos, talentos do carnaval. A Juliana também trouxe aqui a Luciana, que foi convidada para ser rainha de duas escolas. Por estar lá, nós começamos a desfilar na cidade, viemos para a orla ano passado, e, neste ano, ela foi convidada para participar de duas escolas como rainha das escolas. Então, a gente tem uma cultura diversa na nossa comunidade e que precisa ser vista pela cidade. E a gente também faz as oficinas na força e na raça, sem valor algum. Por isso, nós temos tantas crianças e adolescentes na nossa bateria. Eu vejo esperança hoje aqui, porque eu vi que não puxou para um lado nem para outro, é a unidade dos vereadores para tocar a nossa cultura de verdade, do carnaval, para a gente poder conseguir lutar e trazer o nosso povo. Porque a gente sabe que a cultura do carnaval também vem do batuque, do tradicionalismo, também vem... O tradicionalismo do batuque vem do carnaval e vem da afrodescendência do nosso carnaval, que é a nossa cultura preta, que a gente vem construindo essas lutas de resistência e sobrevivência do nosso território.

Então, acho que é muito importante ter esse olhar nesses bairros, nessas comunidades onde se fomenta a cultura. E é isso que está faltando, ter esse olhar de fato lá dentro, na vivência. Não só olhar a gente aqui no centro, tem que ir lá também visitar, olhar, ver o que está acontecendo. E trago também para cuidar daqueles blocos *fakes*, que a gente vai apontar sempre. Não adianta ter uma OSC, ter um CNPJ e tu contratar a banda Turucutá para tocar para ti. Ou tu tem um bloco ou não tem um bloco. Faz a cultura ou não faz. Tu podes passar lá no edital, mas não tem. Não é, Beto? Essa cultura não tem nenhum estandarte. Então, tem que ter esse olhar de fiscalização, também peço atenção nessa nova construção que a gente vai, a partir de agora, para construir 2026, 2027, que a gente tem que estar dentro desse calendário oficial de Porto Alegre, que foi uma vergonha a gente não estar. E finalizo dizendo: também tem que ter o olhar do poder público com a segurança pública. Porque a segurança pública mais atrapalhada do que defende. Tanto que a gente estava lá ensaiando, com a comunidade, as famílias fazendo churrasco, sentados esperando o nosso ensaio. A Brigada foi lá incomodar. Quem estava bagunçando foi a Brigada, a Brigada foi bagunçar. Então, tem que ter esse olhar, essa é a cobrança, contra a segurança pública também, para o nosso povo poder curtir e lutar pela sua sobrevivência dentro da cultura popular brasileira. Obrigado. (*sic*)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Lídio. O Lídio representou a União do Morro. Então, para representar o Bloco Acorda Batuqueiro, Toninho Barão.

SR. JOSÉ ANTÔNIO S. BARÃO (Toninho Barão): Boa tarde a todos. Queria deixar aqui o meu agô e cumprimentar a todos, porque eu não ia falar, mas vejo que esses momentos são muito importantes para a gente da comunidade, para a gente da tradição, para a gente estar aqui. Além de representar toda a nossa ancestralidade, porque a gente não está falando só do carnaval de blocos, estamos falando que a gente é um País muito novo ainda na questão da libertação da escravatura e tal, e a gente vem fazendo esse resgate, porque a

nossa cultura é apagada. Então, toda vez que viemos para uma comissão, parece que as coisas são novas, parece que a gente está trazendo relatos de coisas novas, e aí chega um secretário, chega um novo vereador, ele diz: “Bah, mas eu não sabia.” “Ah, mas a gente...” Essa nossa cultura todo mundo sabe. Não tem como uma pessoa de Porto Alegre não saber que, lá em 1920, lá em 1940, já tinha bloco aqui, e os blocos desfilavam pela cidade. Tinha uma parte que era na comunidade, tinha uma parte que era central. Então, é uma coisa que todos sabem, mas a gente tem que voltar e reforçar isso em cada comissão, em cada reunião, em cada audiência pública, porque as pessoas dizem que não sabem, mas não é, elas negam isso e apagam essa questão da nossa tradição de blocos. Então, eu tinha que vir falar sobre isso, agradecer a vocês vereadores, agradecer ao poder público, que está tendo essa escuta. Tem uma fala que digo às vezes nos coletivos: ah, a gente tem que aproveitar, porque, há uns anos, a gente estava do lado de fora da grade, só sacudindo a grade, e a gente não podia sentar na mesa para discutir. Então, hoje, como a gente pode sentar na mesa para discutir, a gente tem que aproveitar esse espaço, então, a gente tem que vir e trazer essa fala.

Eu tinha comentado, em uma audiência pública que tivemos, a questão do calendário dos blocos. E não pode ser só carnaval. O calendário nas comunidades tem que ser anual. Então, a gente tinha que ter um olhar para esse calendário de poder estar executando esses projetos de blocos nas comunidades, na Cidade Baixa, na orla, durante o ano, para que o carnaval seja a consagração disso. Ou os blocos da comunidade, através de algum sistema de escolha, possam desfilarem na orla, mas já contemplaram a sua comunidade durante o ano. E que, talvez, os grandes blocos também possam estar indo nas comunidades como contrapartida das suas apresentações comerciais, ou não, e tal. Então, a gente tinha que ter um olhar sobre essa questão. E, o carnaval não é uma bagunça, não é uma folia, ele é uma cadeia produtiva. Ele é uma cadeia produtiva! Um bloco, às vezes, bota 60 mil pessoas num local, 60 mil pessoas consomem muito, pagam muito imposto. Então, se a gente olhar isso, se o governo puder olhar isso também como uma cadeia produtiva, não só como uma

bagunça ou como uma junção, acho que isso cresce como está crescendo no resto do País. A gente é visto como o País do carnaval, o mundo todo nos enxerga assim e nos contempla assim, e vem de várias partes para contemplar esse espetáculo. E, às vezes, nós não conseguimos fazer esse espetáculo ser valorizado na nossa base. Acho que era isso. Obrigado a todos.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Toninho. Ver. Marcelo, eu tenho franqueado um período igual para todos os vereadores, então, como o senhor nos dá a honra da sua presença, tem sete minutos, vereador.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Não, não vou usar todo, não, porque o tempo aqui, acho que a prioridade são os blocos, enfim, que estão buscando soluções. Boa tarde aos vereadores e presidente Rafael Fleck. Fico muito à vontade, estava agora aqui ao lado, na CEDECONDH, tratando também de um tema muito importante para a cidade de Porto Alegre, dos motobóis, sobre alguns direitos. Enfim, dia 31 agora, tudo se encaminha para que tenha uma paralisação geral deles. Hoje estávamos escutando os motobóis aqui na Comissão dos Direitos Humanos para poder tratar desse tema tão importante para a cidade. Também fui presidente desta comissão no ano passado, só que, infelizmente, não pude presidir muito, porque tivemos a enchente de maio até praticamente o final do ano. Então, foi pouco tempo, mas tivemos algumas reuniões aqui para tratar deste tema, e esta Casa tem por cultura fazer principalmente essa participação dos blocos, como foi tratado no ano passado. Foi muito forte essa cobrança, já no ano passado, eu lembro, e com certeza vocês estão aqui porque realmente os blocos fazem parte da cultura da cidade. Não podemos deixar morrer, me sinto representado aqui em nome da bancada do PSDB, meu colega Ver. Gilson, líder da minha bancada, então, com certeza, já fez as ponderações aqui em nome da bancada do PSDB e, com certeza, poderá contar com a nossa bancada para esse tema tão importante aqui para a cidade de Porto Alegre. Contem com a bancada do PSDB, estão o líder e o vice-líder aqui presentes. Muito obrigado, uma boa tarde a todos e uma boa reunião.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Marcelo Bernardi, volte mais vezes. Eu vou franquear cinco minutos para a Secretaria de Cultura e cinco minutos para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para depois, nós podermos finalizar a nossa reunião com os proponentes. A nossa vice-presidente pediu um minuto também, após a fala dos senhores. Então, podemos iniciar, secretário Fábio?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Rafael, eu queria pedir para falar antes da secretaria, porque eu tenho perguntas. Acho que eu não deixei nítido no início.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Ver. Jonas, eu vou disponibilizar, então, para o senhor cinco minutos, pode ser?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Sim. Então, o que acontece é o seguinte, o CarnaLopo sempre teve, correto? A gente precisa saber quem foram as pessoas que pediram para não ter. Quem são as pessoas? Quem são as instituições? A gente precisa saber publicamente, acho que isso é importante. Segundo, a secretaria vai negar novamente eventos na Cidade Baixa? Porque não tem nitidez, não tem critérios para os tipos de eventos. Esses tempos eu fui na Rua João Alfredo, estava fechada, tinha jazz, tinha blues, o pessoal cantando e tocando ali, e aconteceu. E ali aconteceu. Na João Alfredo aconteceu.

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): É? Onde foi? Então, é isso que a gente precisa entender, critérios, porque não dá para ser ao prazer do gestor. “Olha, vem aqui o Jonas, que legal, o Jonas usa óculos bacana, então vou apoiar o Jonas. Vamos ajudá-lo. Ah, vem outro lá, não, a Rosane é loira, não estou muito afim da Rosane. Você não, Rosane, você é do conselho, contigo não.” Não dá, não dá. Está ruim. Porque o Patrick's Day eu sou a favor. Sabe por que eu sou a favor?

Tudo que estiver de evento, misturando pessoas, gerando economia, eu vou gostar. Eu não tenho como não gostar, como vereador. Agora, eu não posso aceitar que as pessoas sequestram ruas. As ruas não podem ser sequestradas. Nós aprovamos aqui, nesta Casa, que as pessoas podem fechar as ruas para eventos. Está aprovado aqui, nós aprovamos, unanimidade. Isso foi uma atualização de uma lei antiga. Então, não pode a Prefeitura ter essa postura. Eu entendo até quando o Sebastião Melo fala – ah, é uma bagunça, não vai ter bagunça. Ele está jogando para o bolsonarismo, entendeu? Aí tem umas bolhas que discutem. Eu não vou nem tratar desse tema. Isso aí é o marqueteiro dele que decide, vai lá e fala isso, e ele vai lá e fala. E muita coisa ele decidiu e deu certo, ele se elegeu com apoio do PL. Agora, uma coisa é administrar a cidade. Aí não dá para nós aceitarmos.

Então, Filipe, a pergunta é para você. Quando é que a secretaria vai apresentar publicamente os critérios dos eventos do calendário da cidade? Quais são os critérios? Porque tem evento que tem policiamento, tem segurança, as pessoas vão, tem as procissões, por exemplo, que eu vou, inclusive. Então, é isso que para nós não está legal. Eu até não queria colocar dessa forma aqui, porque te conheço, um cara que trabalha, mas, do jeito que está, não dá. Inclusive, tem comunidades que conseguem as suas liberações e outras não. Eu acho que isso ajuda na gestão pública. Porque não adianta, de novo, um outro bar, agora na Cidade Baixa, pedir para fechar a rua. E, veja bem, pediu para fechar a rua um dia de 365 dias do ano. Os moradores ficariam os outros 364 dias do jeito que está. Era só um dia. E aí um monte de artistas deixou de receber recurso, estavam pré-contratados já. Nem sei se não foram alguns que não teve um sinal, um pagamento, não teve prejuízo para as pessoas que estavam fomentando. Então, assim, da minha parte, achei uma decisão inconsequente. Era melhor ter liberado, e aí feito uma mesa, um GT, uma organização, e conversado, olha, para o próximo ano, nós vamos repensar, vamos ver o que se faz. Então, acho que, nesse sentido, não ficou legal. Como tocaram nesse assunto, eu não ia tocar, mas eu gostaria que, se eles pedissem de novo a liberação, pudessem vocês liberar, ou dizer os critérios. Na Rua João Alfredo pode, na rua tal não

pode. Bom, mas daí todo mundo vai ter que ter comércio na Rua João Alfredo. Então, a Cidade Baixa nós vamos dizer que é uma rua e não é, porque a história da Cidade Baixa agora faz parte da história da boemia e da festa da cidade, e tem várias junções todo dia de noite. Eu circulo por ali há muito tempo, há mais de 20 anos, e continua sendo um bairro boêmio. E diria assim até para os moradores, os moradores que não gostam, muitos deles já se retiraram; e os que gostam, a maioria gosta de estar ali. Até porque circulação e comércio, gente, gera segurança. Gera segurança. As pessoas podem caminhar até 22h, 23h, porque chama policiamento, tem os seguranças dos bares. Então, na verdade, traz uma coisa que não tem nas zonas mais afastadas da cidade. Acho que isso também, para sensibilizar esses moradores, que eu sei que procuraram a secretaria, acho que a gente tem que ter uma linha de argumentação, uma conversa franca. Porque tem vários benefícios, Filipe, da cidade baixa, ter esses bares ali hoje, e um deles é a segurança permanente para os moradores.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Jonas Reis. Secretário Fábio, o senhor tem cinco minutos para as considerações finais.

SR. FÁBIO BANDEIRA MACHADO: Minha resposta vai ser nas considerações finais? Vou compartilhar o tempo, porque é o justo e o necessário da nossa equipe. Se um de nós três puder falar do calendário do dia 29 e 30, se possível. Eu acho que o perfil de gestão que a secretária Liliana, que conduz a secretaria, é de diálogo. Eu posso gizar isso muito bem. Quando fui recepcionado por ela lá, ela me disse muito claro e muito objetiva: a pauta é nossa. A gente tem que tocar junto, conversar, expor, estar em todos os momentos para esclarecer o que a gente está fazendo de trabalho e, principalmente, estar próximo das equipes. E ouvir, principalmente, o Parlamento, que é o que nos dá *feedback*, porque vocês são 36 parlamentares e andam muito mais na cidade do que nós. E a comissão, e aí eu quero gizar a comissão na presidência do Fleck, na parceria da Juliana, do Jonas Reis, do Culau, do Padeiro, da Grazi, que a gente se encontrou no carnaval da Restinga lá, série ouro, sensacional, que eu consegui

antes de me acidentarmos, que a gente pode, cada vez mais, interagir. E acho que a comissão pode estar próxima, necessariamente, da nossa secretaria. Falo da nossa, porque ela representa outras secretarias. E que a gente possa, os nossos colegas aqui, fazer as outras contribuições. Agradeço as contribuições de cada um dos parlamentares. E eu sou muito de anotar, pela minha profissão, o Fleck sabe, anoto tudo, faço uma memória e produzo. Ontem fiquei com o Paulo trabalhando até 23h, para a gente estar preparado aqui para entregar as informações necessárias, e hoje de manhã também, até meio-dia a gente ficou trabalhando com a Rozane. Então, vou passar para a equipe aqui. Obrigado.

SR. PAULO RENATO MACIEL DOS SANTOS: Eu gostaria só de fazer uma fala, e não é no intuito de trazer alguma polêmica, mas teve uma fala ali do Bochecha, que ele citou que a comissão não foi chamada. Muito pelo contrário, eu chamei no grupo da comissão, no WhatsApp, para que a gente pudesse manter o diálogo. Ela venceu a validade dela ali por fevereiro, dia 24 de fevereiro. E o pessoal não foi até a casa do Fumproarte para a gente poder manter, então, a validade dessa comissão. Houve uma tentativa, por parte do gestor do Fumproarte e não foi atendida. Só nesse intuito de esclarecimento. E sobre o esclarecimento que o Ian trouxe, que nós empurramos goela abaixo algumas entidades de blocos para uma outra localidade, não foi desta forma. O comitê do Fumproarte conversou com cada um deles e viu a possibilidade se havia ou não a condição de estar lá. Em nenhum momento foi dito para nós que estavam em alguma zona de outra facção ou que tinham algum problema de poder desfilar lá. Não foi isso que ocorreu.

E eu gostaria também de fazer uma fala para dizer que, dia 29 de março, vai ocorrer o desfile dos blocos na Orla. Começa às 15h, com o Bloco da Amizade; às 15h50min, o Bloco da Praça do Estado de Israel; às 16h40min, o Bloco do Bartira; às 17h30min, o Bloco Ica Malvina; às 18h20min, o bloco Chiquinho dos Anjos; às 19h10min, o Bloco Afro-Tchê; e encerra às 20h, Bloco Os Panteras do Samba.

No mesmo dia 29, às 18h, na Rubem Berta, o Bloco União do Morro; às 18h50min, o Bloco Negritude; 19h40min, Bloco Acorda Batuqueiro; às 20h30min, Bloco do Nego Lelo; e às 21h20min, Bloco Samba da Galeria.

No dia 30 de março, domingo, vai ocorrer, então, Restinga e Lomba do Pinheiro. Na Restinga, começa às 13h, Bloco LigaRS; às 13h50, Bloco Bah Guri; às 14h40min, Bloco Tia Sônia Matahari; às 15h30min, Bloco Vamo que Vamo; às 16h20min, Bloco Tribo Guaianazes.

Na Lomba do Pinheiro, às 17h, Bloco de Rua do Gato; às 17h50min, Bloco Social Arraial da Glória; às 18h40min, Bloco dos Retalhos São Miguel; e às 19h30min, Bloco das Pretas.

Muito obrigado. Eu vou passar para o Clóvis.

SR. CLOVIS ANDRÉ: O tempo é curto, mas, como é para encaminhar, os diagnósticos nós já sabemos todos, e o importante é dizer que, o que sai dessa comissão, também, a revisão da lei de Dilamar Machado me deixa muito feliz, vereadores e vereadoras, porque nós já sabemos dos problemas, nós precisamos de atitude, e atitude coletiva para mudar a ordem das coisas, senão nós vamos ficar ano a ano discutindo e não vai evoluir em nada. Então, a premissa é fazer um novo desenho desta lei. E aqui tem contribuições trazidas pelo Mazzocco, que, na verdade, é a única entidade da organização civil que apresenta aqui. Eu quero te dizer, Mazzocco, que desses oito pontos, nós temos acordo em sete. O único que eu não tenho acordo é com o fundo; o fundo não funciona. Além da burocratização, não funciona. Agora, todos os outros marcos legais, o que tem que fazer aqui, um calendário, tudo a gente tem acordo para poder avançar e a gente espera que, assim como a União Independente dos Blocos da Restinga, o faz, formalmente, que os outros também possam fazer. Porque a gente precisa de dados, precisa de elementos, coisas palpáveis, se não a gente perde muito tempo em narrativa, discutindo o nada, e o tempo vai passando.

Sobre a Cidade Baixa. Realmente, eu sou morador da Cidade Baixa, defendo, é um reduto do samba, o samba nasceu ali, Areal da Baronesa. Aqui, na verdade,

aqui do nosso lado. Como foi trazido aqui, eu acho que a gente precisa, de forma coletiva, ter um comitê de governança ali. É um bairro boêmio, não tem como tirar, eu diria que é o bairro mais boêmio de Porto Alegre. Quem não quer conviver com barulho tem que repensar, realmente. E eu, em particular, sofro questionamentos dos moradores que são a favor, dos que são contra, e assim como os empresários, mas a gente tem que encontrar o bom senso para que a cidade possa ser de todos, de fato, e discutir, sim, com o Ministério Público.

O orçamento devolvido da Câmara, eu acredito, presidente Rozane, que deva ser feita uma avaliação, porque a Câmara, todos os anos, devolve milhões, recurso público que poderia também aumentar o orçamento, tanto do carnaval de escola de samba quanto do carnaval de blocos. É uma boa aqui, ou fazer edital exclusivo, porque não tem por que devolver o recurso.

Sobre a segurança pública, é uma atribuição constitucional do Estado. E entendo, Ver.^a Juliana, em relação ao prefeito Melo, recebe informações e desinformações, como tudo. Agora, o compromisso dele com o carnaval é inegável e imensurável, porque, quando ele assumiu o governo, as escolas de samba, os blocos, ninguém era ouvido nos outros governos. A gente restituiu essa relação, óbvio que a gente melhorou bastante, precisa muito mais, e eu falo aqui não é só de orçamento, mas de organização, de planejamento, porque ao fim e ao cabo, 2026 já começou, e nós não vamos poder contar com o orçamento que vai entrar na LDO. A gente entende que não dá para se perder tudo na LDO, porque tem outras formas de buscar financiamento e mecanismo de apoio à arte, à cultura e à economia criativa, como o privado, com os outros entes federativos, que precisam fazer parte também dessa discussão, como o governo do Estado, o governo federal, as entidades, que é essencial para a gente poder ter a democracia na nossa plenitude. O ano que vem completam 70 anos dos desfiles oficiais de escolas de samba, eu lembro do primeiro, porque a primeira escola campeã, e a única, cinco vezes campeã, é a Bambas da Orgia, do carnaval de Porto Alegre, Ver.^a Grazi. Os investimentos e os calendários com essa revisão, presidente Fleck, tão logo sejam feitos, porque o tempo urge, a gente tem que visitar a lei e já poder garantir, porque nós entendemos que o primeiro ato do

carnaval de 2026 deva acontecer lá dia 2 de dezembro, no Dia Nacional do Samba. Para isso, tem que ter toda essa organização, seleção de blocos, orçamento e tudo mais, e não há mais tempo para dar desculpas. Eu me sinto muito satisfeito de participar de uma gestão que começou oficialmente, em 1º de janeiro, pela secretária Liliana, que é alguém que nasceu e se criou aqui em Porto Alegre, uma mulher negra, ali da Costa Silva. Eu venho lá da fronteira, de Livramento, me fiz porto-alegrense pelas contribuições. E, com o secretário Fabio, então acredito que essa comissão, esse debate aqui, vereadores e vereadoras, é muito saudável para o futuro da cidade, para a qualidade de vida. Ninguém deve abandonar Porto Alegre, a gente deve lutar por uma cidade melhor, e eu acredito que aqui cada um e cada uma está fazendo a sua parte. Obrigado e continuamos à disposição.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Clovis. O secretário Filipe está com a palavra.

SR. FILIPE TISBIEREK: Em primeiro lugar, mais uma vez, reforçar o compromisso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos, nessa construção coletiva, junto com a Câmara, junto com os proponentes de eventos, junto à Secretaria de Cultura, entendendo a importância, então, como falei no início, da economia criativa. Queria também, respondendo ao Ver. Jonas, sobre o que ele trouxe ali do escritório de eventos, dizer que nós temos lá um fluxo que é público, está no *site* da Prefeitura, mas eu posso trazer e encaminhar para a comissão aqui, como um ofício, desenho, porque é de acordo com as regras, os regulamentos e a legislação que foi aprovada nesta própria Casa. Mas acho que podemos desenhar um fluxo mais didático, digamos assim, para que seja transparente, mas, de modo geral, qualquer proponente, de qualquer tipo de evento, hoje, entra, através do escritório de eventos, solicitando a licença do evento, que é encaminhada para os demais setores da Prefeitura, que competem de acordo com aquela especificação de evento que está sendo proposta. Antigamente, vocês lembram, o proponente tinha que bater na porta de cada

secretaria. Então, nisso aí a gente avançou muito, se criou esse escritório, para sair pronto. A gente faz todo esse fluxo para que o proponente não precise fazer aquela via-sacra que era antigamente. Mas, sim, tudo muito transparente. Não existe, em momento nenhum, o privilégio de A ou B ou C, tanto que, foi dito já aqui nesta comissão, hoje mesmo, tantos outros eventos foram licenciados, inclusive, na Cidade Baixa. Se não me engano, vereador, não tenho certeza, mas posso confirmar essa informação e te passar depois, esse próprio evento da CarnaLopo, acho que está tramitando lá, alguma outra data, outro pedido, estou puxando da memória, mas sei que teve uma entrada de um pedido, e que vai ser realizado.

O que aconteceu ali – estamos resgatando lá atrás, não era a pauta, mas vamos lá –, foi decisão uma pontual, em função, que todo mundo já sabe, já foi público também, de uma recomendação do Ministério Público, para o dia 2 ou dia 3, alguma questão nessa data de fevereiro – acho que é essa data aí. Então, pontual. Eventos, antes, aconteceram, nas ruas internas da Cidade Baixa, eventos após, outros tipos de eventos continuaram sendo, sim, licenciados. Então, era específico, naquele período de carnaval, provocado, porque não foram as entidades, as associações de moradores ou comerciais que procuraram, não foram à Prefeitura, procuraram o Ministério Público. Teve uma reunião e ficou como encaminhamento ali, muito claro, que a Brigada Militar e o Ministério Público encaminhariam o ofício – o que fizeram –, para a Prefeitura de Porto Alegre, recomendando que não tivesse carnaval nas ruas internas naquele período. Então, foi em cima dessa decisão, com muita consciência de saber de toda a história do carnaval e das manifestações culturais – como já foi muito claro aqui, hoje, a história dos blocos, e acho que todos nós aqui demonstramos a defesa da importância dessas manifestações –, que abre sim – e lá na minha fala inicial eu trouxe isso aqui também –, de que é um ocorrido que faz com que todos nós estejamos aqui hoje, pensando no futuro, como o senhor disse, para construir. Eu, sim, reforço, então, essa disposição da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, enquanto escritório de eventos, de nós sentarmos e, sim, conversarmos com todas as partes, inclusive, identificar quem são as

entidades que não estão satisfeitas, as associações, para que possamos chamar também, como a Ver.^a Grazi sugeriu, aqui nesta comissão. Porque eu acho que é justo também todos os lados, se não nós também ficamos refém do Ministério Público ou de outras instâncias, e parece que a gente, muitas vezes, não quer, mas é engraçado que a vida inteira teve, então, só naquele período, momento específico, a gente decidiu que não, que não queríamos, e não foi o fato. E até porque isso já foi muito público, já foi relatado, já foi publicizado, imprensa, órgãos, e aqui mesmo, entre os vereadores, já foi discutido.

Deixe-me só fazer um agradecimento, vereador, e fazer também uma última fala aqui. O agradecimento seria as considerações finais. Eu já tive a oportunidade de participar, em outros tempos, de comissões, essas reuniões em que têm situação e oposição, e nem sempre são tão, como foram hoje, respeitadas, educadas; acho que foi um nível alto de discussão, de debate, de construção. Então, queria parabenizar todos os vereadores que estão compondo a Mesa, porque a gente sabe, como o vereador citou aqui, que ora somos oposição ou situação, mas a gente tem que convergir naquilo que a gente entende que é para o crescimento da cidade, e é isso que todos nós queremos fazer.

Mas queria também, não seria justo se eu não pudesse trazer aqui, Ver.^a Juliana – e não é para polemizar, nós estamos aqui na construção –, que tu trouxeste ali “não terá baderna no carnaval”, como um recorte da fala do Sebastião Melo, do prefeito. Mas a frase é: “Não terá baderna no carnaval e nem fora do carnaval.” Isso, em consequência exatamente do que ocorreu lá na Cidade Baixa, e querendo trazer exatamente as questões que decorreram em cima de uma decisão do Ministério Público, e ainda houve as manifestações em cima disso aí, mas não trazendo, como foi dito, não pela vereadora, mas outras manifestações aqui, que o carnaval é baderna. O prefeito, e o secretário Clovis já trouxe muito bem aqui, ele é um fã, entusiasta do carnaval. Então eu queria fazer esse registro, que nunca se falou da baderna do carnaval, e sim que não se teria baderna no carnaval ou fora do carnaval. Eu tenho certeza que é o que todos nós comungamos, sem querer violência em espaço nenhum. E, ao mesmo tempo, colocou-se aberto para diálogo, para que a gente possa rever – ele

ressaltou, trouxe isso junto, rever os decretos, que é o que já se conseguiu aqui, esses decretos de convivência, de regulação, não só da Cidade Baixa, mas também ali, no Moinhos de Vento, que é um bairro em que a gente também tem situações parecidas. Então, peço desculpas pelo alongamento, vereador, mas obrigado pelo espaço; estamos à disposição sempre nessa linha de construção.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário Filipe. As nossas reuniões aqui na CECE têm sido muito produtivas, não é, Ver.^a Grazi, Ver.^a Juliana, nosso vereador *ad hoc*, Jonas Reis, que tem participado efetivamente em todas as reuniões. Esse é o intuito, debater, radicalizar no debate aqui, para chegar já no plenário da melhor forma possível.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Então, acho que foi muito importante ouvir vocês também, que vieram ao debate; fiquei provocada a trazer também uma consideração. Quando escuto vocês, eu fico pensando um pouco sobre... o Toninho Barão falou do calendário do carnaval de rua, dos blocos, anual. Fiquei lembrando de uma frase de Luiz Antônio Simas, que fala que as escolas de samba, assim como os blocos, não têm que existir porque desfilam, mas desfilar porque existem. E o que o Lídio fala aqui também traduz isso, traduz; na verdade, precisamos considerar a necessidade desse fomento o ano inteiro, porque os blocos existem para além de quando desfilam, eles desfilam porque existem de fato, porque eles se organizam, organizam suas comunidades. E é em cima disso, inclusive, Clovis, que o nosso mandato, salvo engano, foi o único na Casa que discutiu, inclusive, na reforma administrativa, a Secretaria da Cultura, justamente apresentando uma emenda para que fosse incluído, na Secretaria da Cultura, como uma de suas atribuições, o fomento à cadeia produtiva do carnaval, porque nós compreendemos que esse é um setor estratégico, ser compreendido na sua dimensão de potencialidade cultural, de contribuição social, na nossa formação enquanto cidade, na nossa construção histórica, mas também do ponto de vista de desenvolvimento econômico. Então, o nosso mandato, que se dedica muito a esse tema, fez essa emenda, aprovada,

inclusive foi incluída como uma das atribuições. Queremos construir e trabalhar juntos, apesar das diferenças que temos – eu sempre vou trazer de forma construtiva, com muita disposição de auxiliar, para que possamos fortalecer o nosso carnaval. Mas eu não posso deixar de dizer que, por exemplo, me entristece manchete, no dia 5 de março desse ano, que aponta que a Prefeitura de Porto Alegre investiu menos de 40 mil reais nos blocos de carnaval de rua deste ano, e investiu 295 mil no Acampamento Farroupilha, em 2024, que investiu 18 milhões, no Ano Novo, no Harmonia. E não porque eu acho que não sejam eventos importantes, como a Ver.^a Grazi muito bem falou, e eu não vou me repetir, nós gostamos também, nós queremos que sejam valorizados, mas por que o carnaval não recebe o mesmo investimento, por que o nosso carnaval não recebe o mesmo investimento? Por que os nossos blocos de carnaval não têm esse nível de investimento? O que se coloca de grana é que diz o quanto se importa. Eu sei que tivemos um período muito mais duro no governo Marchezan, que as escolas, que os blocos tinham que passar com pires, mas dar uma migalha não quer dizer que mudamos uma realidade. Nós queremos muito mais para o carnaval, isso é só o começo. Então, não podemos dizer que está bom, está muito longe de estar bom; nós precisamos, sim, avançar, porque essa diferença de investimento também é uma expressão do racismo institucional, como o Giovani bem disse, da atenção que sabemos que existe dentro do governo, porque sabemos qual é a cor da cultura do carnaval. E nós sabemos, quando olhamos para o governo, que isso não é uma posição majoritária. Nós estamos falando de um governo em que a vice-prefeita é do PL, partido que, nessa Casa – quero finalizar, inclusive, com um convite – apresentou mais um projeto de lei que criminaliza a cultura popular. Eu quero convidar vocês para serem parceiros, o carnaval ser parceiro, porque hoje o projeto de lei da Ver.^a Fernanda Barth, que o nosso mandato está combatendo, junto da oposição, e também setores da base do governo, que sabem que nós temos que defender a cultura de periferia, ele criminaliza a cultura popular, sobretudo o *funk*, o *trap* e o *rap*, mas ontem era o samba, ontem era a capoeira, e a premissa desse projeto de lei, desta vereadora, que é do mesmo partido da vice-prefeita, é a mesma

premissa da lei da vadiagem, é a mesma premissa daquele decreto que colocava no Código Penal que capoeira era crime. Então, nós estamos falando do racismo institucional que tem corpo, sim, no governo, e precisa ser combatido. Nós sabemos que vocês são parceiros; é por isso que nós queremos convidar vocês para estarem conosco nessa luta aqui. Dia 15 de abril vai ser a audiência pública desse projeto de lei – queremos contar muito com o nosso carnaval para também defender aqueles e aquelas que agora estão sendo criminalizados. Então, quero finalizar com esse convite para a luta e convidar também para a festa, para a folia. Agora, nesse domingo, o Favela Folia, às três da tarde, na explanada da Grande Cruzeiro; fica o convite aqui para todo mundo estar lá com a gente.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado! A Ver.^a Grazi de Oliveira está com a palavra.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Então, gente, para irmos encaminhando, encerrando esse momento que é bastante importante, como eu falei no início, na fala de abertura, como proponente junto com o Ver. Jonas, nos custa muito caro essa pauta, porque, bom, meu corpo já fala por si só, ele é atravessado pela cultura, e o carnaval sempre foi o lugar, meu quilombo de atuação. Então, falar do carnaval, defender o carnaval, seja ele de escola de samba ou de rua, é algo que nos move muito. Eu queria iniciar esse encaminhamento citando o Ian, quando, ao falar dos blocos, ele diz que cada natureza do seu segmento tem a sua necessidade. E se faz necessário, de fato, olharmos para essas diferenças. Eu queria sinalizar aqui, pontuar questões que foram trazidas de ampla situação, que estão além dos nossos comandos, mas, como sociedade, está próxima da gente. Precisamos garantir que o bloco esteja na rua. Aí eu vou refazer a minha fala. Para além de ser no carnaval, porque eu quero o carnaval no carnaval, queremos o bloco na rua. E, sim, que ele esteja no centro, que ele esteja na periferia, que eles estejam nas comunidades de Porto Alegre. Mas precisamos também refletir sobre um outro ponto, que é

amplo, que ultrapassa os nossos debates, que é sobre a questão da segurança. A segurança não pode entrar dentro das nossas comunidades e ser sinônimo de repressão, Lídio. A segurança precisa ser sinônimo de proteção.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Exato. Então, quero deixar registrado aqui que possamos, na comissão de segurança, que nos leva a trabalhar e tratar sobre esse debate, e que seja também um debate dos direitos humanos, que temos que falar sobre isso. O debate que hoje discutimos, junto com as nossas comunidades, é que a polícia entra dentro das nossas comunidades, não para nos proteger, mas para nos reprimir. E essa lógica precisa mudar. Se não mudarmos essa lógica, seguiremos o ciclo de morte. O alvo está no nosso corpo. Primeiro se mata, depois se pergunta o que fez. E esta não pode mais ser a lógica. Porto Alegre precisa dar esse exemplo. O que aconteceu na Cidade Baixa, em pleno carnaval, não pode ser justificado, porque a polícia disse que indicou não ser um negócio lá, o carnaval não aconteceu lá. Não pode! Não posso estar admitindo que estamos vendo uma cena de quatro, cinco policiais em cima do pescoço de uma mulher *trans* e acharmos que isso é normal. Não é possível! Não é normal! Se alguém acha que isso, assistirmos, eu seguir assistindo cenas como essa e achar que isso é normal; gente, vamos ter que construir um outro país. E, sim, precisamos falar do passado, porque, se não falarmos do passado, estamos fadados a fracassar no futuro. No presente, vamos repetir as mesmas coisas. Se sinalizamos, como uma mulher preta, que o período da escravidão foi torturante para o nosso povo, que o período em que vivemos, onde nossos corpos foram tratados como objetos, ainda se reproduz hoje, se não entendermos a gravidade do que aconteceu no passado, vamos seguir repetindo isso no presente. E vai ser repetido isso no futuro. Então, esses temas, que são amplos, nos custam um debate para além deste lugar aqui, que é falar de botar o nosso bloco na rua com uma instância muito maior do que é, e entendermos que existem diferenças nisso, bem como falarmos sobre a nossa

proteção. A comunidade quer ser feliz, e o carnaval não pode ser nunca visto como baderna, ele precisa ser visto como sinônimo de felicidade, ele precisa ser visto como sinônimo de cultura popular. Essa é a nossa luta, essa é a nossa reivindicação! Dito isso, quero passar para os encaminhamentos que apareceram durante a nossa conversa, ao longo desta tarde, para que a gente possa registrar como encaminhamento e para que a gente possa deliberar como CECE. Então, primeiro acho que uma coisa que ficou muito evidente aqui foi a reivindicação de a gente rever e propor quanto Comissão uma nova redação para incluir os blocos de rua e o carnaval descentralizado na construção da proposta que veio da Lei Dilamar Machado. Então fica como primeiro encaminhamento e que nós possamos estar fazendo isso de forma coletiva, vamos estar chamando as representações dos blocos, vamos estar chamando a Cultura e junto com a Comissão e os vereadores da Comissão a gente propor aí uma nova redação uma nova mudança e alteração dessa lei - compromisso primeiro desta Comissão.

A outra questão é a fomentação do Fumproarte, nós precisamos retomar o Fumproarte, viver e reviver, e a gente precisa dele de volta, a gente precisa do Fumproarte com urgência. O Fumproarte vai fazer garantir que o cotidiano de todas as pessoas que fazem arte, que são produtores culturais possam botar o seu bloco e a sua arte para rua. A gente já falou isso com as pessoas que fazem arte na rua, mas eu repito aqui com os blocos também.

Outras deliberações: captação de recurso para além do que o governo tem; calendário anual dos blocos; garantia na LDO de recursos para o carnaval de rua para além das escolas de samba. E eu vou abrir um parêntese aqui, é importante a gente fazer uma análise, eu fiz isso, eu dediquei uma parte do meu tempo para estudar, para gente debater aqui, nos últimos 20 anos, exatamente há 20 anos que o carnaval foi para o Porto Seco, o recurso para o carnaval de samba é praticamente o mesmo. Passaram-se 20 anos, a gente segue nos R\$ 7 milhões, R\$ 8 milhões. Mudou tudo, mudou a inflação, a gente teve perdas, a gente teve enchente; mudou tudo, só não mudou o valor que é repassado para as escolas. Então quando a gente faz a discussão aqui da LDO é a gente olhar

para o que a Juliana falou aqui ao concluir a sua fala. Nós precisamos ampliar, nós estamos aqui. Tá legal, conseguimos ter um avanço... Eu fiquei encantada com o que eu assisti na Avenida e o que eu estou vendo dos blocos hoje nas comunidades que eu estou indo, nos lugares que eu estou indo e que vou viver, provavelmente sábado e domingo, agora, eu estou encantada. Se é possível a gente levar tudo que se levou, a gente tem condições de levar muito mais, o carnaval de Porto Alegre poderia ser muito mais! Mas falta investimento. Então a gente precisa garantir que na LDO isso aconteça e eu acho que também é uma batalha nossa enquanto vereadores aqui. A economia criativa precisa fazer parte dessa construção, esse fomento da economia criativa precisa estar pensado dentro desse escopo que a gente está apontando.

A criação do marco regulatório para os blocos, sete pontos apresentados aí pelo companheiro Roberto, destacando ali a observação que o Clóvis fez que o fundo é uma coisa que se torna inviável.

Programação oficial do carnaval de Porto Alegre. No carnaval, produzidos e fomentados pela Prefeitura. Então, quando se tiver carnaval, que haja uma programação pensada pela Cultura, seja ela produzida ou fomentada pela Prefeitura.

E, por fim, além da ampliação dos recursos para o carnaval, eu quero fazer duas observações aqui. É a gente poder enquanto CECE chamar para conversar sobre o direito de viver e morar na Cidade Baixa através do partindo do princípio da cultura - debater cultura. Como a gente pode estar junto com as associações, com a Secretaria de Cultura, com as representações, porque aí vai além do bloco. É a gente pensar como a gente tem o direito de viver a cidade, como a gente faz com que a nossa juventude, com o povo que vive a boemia possa viver a cidade e também as pessoas que moram lá possam ter o direito de morar. Então a gente tem condições de chegar a um diálogo. E somado a isso, nessa última quarta-feira, não, na segunda-feira, foi aprovada aqui na Casa, a Frente Parlamentar em prol da cidade baixa – a Ver.^a Atena foi a proponente dessa Frente. E tem tudo para dar certo, para gente também somar nessa construção.

E, por fim, o Clóvis traz uma sugestão também dos recursos devolvidos pela Câmara que são todos os anos. Olha, Clóvis, eu acho superimportante esse destaque, e aí é um acho. Acho que a gente tem que estudar essa viabilidade, mas existe uma nova mudança estrutural, que a gente ainda está tendo que lidar, porque a gente chegou aqui na Casa agora com uma nova lei em que os aposentados passam a voltar ser pagos pela Casa. Isso significa que o nosso orçamento vai ter uma diferença brusca no orçamento da Câmara de vereadores em relação a isso. Mas eu acho que é cabível estudar, porque realmente eu não me sinto e não acho nem um pouco legal vereador, vereadora que está presidindo a Casa achar maravilhoso devolver aos cofres públicos, não sei quantos milhões. Sendo que está faltando na saúde, está faltando na educação, está faltando na cultura e por que que a gente não investe isso antes de devolver? Então é sobre isso. Ficam aí então os nossos encaminhamentos, creio que não esqueci de nada, se esqueci, está registrado igual na ata o que apareceu ao longo da nossa conversa. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi, nossa proponente. O Ver. Jonas pediu um minuto, para finalizar. Eu vou disponibilizar então, vereador, para sua fala final.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então pessoal, quero agradecer aqui a todos vocês a presença, o chamado que fizemos, quando pensamos em discutir alegria e o fomento da economia. Eu espero que o governo consiga dialogar, consiga criar diretrizes para que a gente tenha, no ano que vem, muito mais blocos e que contemple eles, de fato. Porque se a gente consegue fazer com que todas as escolas de samba desfilem, lá no Porto Seco, com uma empresa que foi contratada pela Prefeitura, por que que a gente não consegue fazer isso com os blocos de carnaval? Tem bloco que não tem recurso, e como bem falaram aqui, não tem onde buscar; não é assim para pegar um empresário... Como é que tu vais pegar um CEO da Coca-Cola pela mão, da Nívea, da Natura? Não vai. Não acontece isso; não é real. Tu vê isso em grandes shows, e olhe lá, grandes

shows - pessoas já com fama. E nós tamos falando de cultura popular e a cultura popular ela precisa desse esforço nosso para que ela viva. Porque, se não tiver o Poder Público, não vai existir. Não vai nem despertar, por exemplo, como o Ian falou aqui, pessoas que estão tocando instrumentos em vários outros espaços. Quer dizer, isso para mim é um legado enorme, que é um legado pedagógico, inclusive. Tu vês, tu tens um bloco que instrui as pessoas a continuar a reprodução da cultura, continuar mantendo, para que no futuro, quando nós não estivermos mais aqui, outros estarão, isso vai estar ainda presente. Quer dizer, uma coisa bonita da cidade. Então, eu queria dar essa sugestão para vocês, à Secretaria, ao secretário adjunto, de já pensar como vai ser ano que vem. Que, realmente, não é polemizar, mas é feio ter só 20 blocos - é feio. Uma cidade com 100 é feio. Com um troquinho a gente consegue fomentar. E essas pessoas que dizem que R\$ 500 mil reais é muito para bloco, tem que ignorar. Pessoa que fala isso aí tem que ignorar, passar batido, não entende, não entende de história, não entende de cidade, é até alguém que está aí de passagem, que não entende política pública, não entende de diversidade. Eu até nem considero isso, esse debate, acho que a gente precisa é aprofundar outra temática, que é a gente se juntar aonde a gente pode. Eu inclusive aqui voto vários projetos do governo, voto favorável, ontem mesmo votei numa moção ali do Ver. Mauro Pinheiro que, inclusive era uma moção que não dialogava com o governo federal, eu votei, porque a gente tem convicção com a cidade e com as nossas coisas. Se a gente tem essa convicção, tem essa certeza, Rafael Fleck, a gente sabe que vai acertar, apesar de que alguém não vai gostar. Acho que nesse sentido, nós temos erros, e espero que os erros que a gente tem hoje não se repitam. Porque, as pessoas que estão chegando agora, elas estão pegando a carruagem andando, mas ano que vem já não teremos as mesmas capacidades e justificativas, pois já estarão há um ano aqui. E eu entendo que o governo Melo um é uma coisa, o governo Melo dois é outra. Eu entendo porque a gente trabalha na política sabe como funciona, apesar de o prefeito ser o mesmo é coletivo diferente de pessoas. Até a secretária de cultura, eu digo que eu tenho esperança nela, então vou dar para ela aí seis meses de esperança, se seguir o

tom dos outros secretários, aí não tem mais esperança, daí nós vamos fazer luta forte e potente na cidade para imprimir uma outra lógica. Por enquanto a gente o tempo à disposição de vocês. Obrigado, um abraço.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Jonas. Eu queria agradecer a indicação da pauta do Ver. Jonas e da Ver.^a Grazi, que foram os proponentes da reunião de hoje. A Comissão, Felipe, tem sido, Secretário Fábio, tem sido um debate extremo. A gente, como vocês viram, a primeira vez que tu estiveste presente aqui, o secretário Fábio já esteve nesse ano conosco, tem saído daqui grandes encaminhamentos, não é Clóvis? E esse é o nosso intuito, então, de até o final do ano de a gente conseguir dialogar cada vez mais e melhor com o Executivo. Muito obrigado. Agradecer especialmente a presença de todos e a assessoria técnica da comissão.

(Encerra-se a reunião às 16h50min.)